



Lutando no Brasil

2013 · 2014 · 2015

Sobre grandes mobilizações e o que fazer quando a fumaça se dissipa



SÃO PAULO, AGOSTO DE 2015
facfic@riseup.net

Lutando no Brasil: 2013 · 2014 · 2015

*Sobre grandes mobilizações e o que fazer
quando a fumaça de dissipa.*

1ª edição



facção fictícia



*“– Não somos tão violentxs quanto pensam.
Nem tão pacíficxs quanto desejam.”*

ÍNDICE

0. APRESENTAÇÃO

1. DAS JORNADAS DE 2013 À COPA DO MUNDO 2014: A NOVA RESISTÊNCIA E O FUTURO DA REPRESSÃO

Copa das Confederações: um ensaio para a Copa do Mundo 2014

O espectro do anarquismo e outras imagens do futuro

2. MEGA-EVENTOS COMO DINAMIZADOR ECONÔMICO E POLÍTICO

Uma breve história da Copa do Mundo

O PT de Lula e a Copa do Mundo em 2014

O verdadeiro legado da Copa: estados de exceção para manter abismos sociais

Policimento global

UPP's: o Estado e o Capital declaram guerra contra a população negra, pobre e periférica

E a Copa segue

3. Eleições presidenciais: a democracia ainda “representa” muita gente

E para onde foi a tal “crise de representação”?

Dilma reeleita e a “estratégia” de quem não sabe aonde vai

4. 2015: a luta contra o aumento em um novo terreno e a nova direita nas ruas

A nova direita

5. CICLOS DE VIDA DAS MOBILIZAÇÕES

Reconhecer o momento em que estamos

6. PARTIR DE ONDE ESTAMOS PARA A DIREÇÃO QUE QUEREMOS TOMAR

Velhos programas e identidades: quem são os sujeitos nas ruas?

Soluções anarquistas: a prática de agora mostra o que queremos a longo prazo

Lacunas estratégicas: o espaço que não ocupamos

E se não demandarmos nada? (ou danem-se os 20 centavos!)

Inquérito Black Block: o elogio a um crime perfeito

Lutar será crime

**Não Começou
em Junho,
Nem Terminou
na COPA**



Apresentação

“Muitas pessoas no meio anarquista dependem de uma narrativa triunfante, na qual caminhamos de vitória em vitória até um momento em que atingimos algo que realmente valha a pena. Mas os movimentos também têm seus ciclos de vida. Eles inevitavelmente atingem um auge e vão ao declínio. Se nossas estratégias se baseiam apenas em um crescimento infinito estaremos nos condenando a uma derrota inevitável. Isso vale também para as narrativas que vão determinar nossa moral”

“After the Crest”

Crimethinc Ex-workers Collective, 2013

As ondas de protestos que emergiram em 2013 contra o aumento das passagens no transporte coletivo desafiaram a ordem e o ruído fúnebre das suas cidades. Elas convidaram uma geração inteira para as ruas, promovendo encontros e alianças que seguiram influenciando outras lutas e que podem influenciar as próximas ondas de agitação. Esses eventos foram ouvidos por todo o planeta da mesma forma como também foram influenciados pelos diversos levantes deflagrados em outros continentes e países de diferentes contextos.

No entanto, a vitória que barrou o aumento em diversas cidades e não levou ao fim da tarifa nem conseguiu ir muito além da questão do acesso à cidade de uma forma realmente radical. Muitos grupos tentaram transformar os protestos num mar de outras causas, mas quase todas elas em sintonia com as reformas que constam na agenda das elites e que passaram a ser sugeridas pela própria mídia burguesa. Em 2014 veio a resistência contra realização da Copa do Mundo FIFA e em 2015, várias cidades tiveram aumentos ainda maiores do que os de 2013 e nenhum deles foi revogado depois de semanas de protestos nas ruas.

De economia em crescimento, que trouxe milhões de pessoas da miséria para dentro dos níveis de consumo de uma versão precário de “classe-média”, o Brasil entrou agora em uma fase de políticas de recessão e cortes em benefícios sociais. Um emergente com sintomas de doença de país rico. A grande diferença é que os números da miséria e o abismo entre ricos e pobres são absurdamente maiores que os de uma Europa em crise. Além de uma crise financeira, a falta de água nos reservatórios e a seca dos rios está colocando grande parte do sudeste brasileiro frente ao que já pode se tornar maior crise hídrica de sua história.

Em 2013 o Estado se desdobrava para estudar e conter a impressionante difusão de formas mais ou menos organizadas de luta, principalmente táticas radicais como a dos Black Blocs, que surgiu e foi usada em inúmeras cidades. No ano seguinte, a Copa do Mundo foi o golpe final e o pretexto que faltava

para uma rearticulação completa das formas de reprimir e criminalizar o protesto e os movimentos sociais. Para conter a organização e o protesto de quem denunciava as fraudes, a violência policial, os desalojos e as leis de exceção necessárias para a realização de um mega-evento mundial, foram oficialmente abertas as portas para um estado de exceção permanente cujo inimigo maior é sua própria população. Agora, com o fantasma da crise tanto financeira quanto de recursos hídricos – quando os níveis dos reservatórios de água da sua maior cidade chegam a 10% de sua capacidade total – o Estado e suas forças armadas discutem abertamente como conter uma população em revoltas generalizadas. Desemprego em massa, migrações forçadas, epidemias e como conter distúrbios civis em caso de total falta de água e alimentos estão nos painéis de discussões e na pauta dos comandos militares e agentes de segurança.

Outros momentos de pico das lutas sociais vieram antes e muitos ainda virão. Compreendemos que as vitórias alcançadas em 2013 nos levaram a um novo momento político onde muitas pessoas se sentiram empoderadas para tomar partido e se organizar. Ao mesmo tempo, um novo terreno foi criado pela repressão de Estado cada vez mais dedicado à contra-insurgência diante de um horizonte de crises econômicas e ambientais que ameaçam tomar o país.

Não será um único levante ou causa específica que vai trazer abaixo toda opressão de um sistema, mas também não será apenas mostrando de forma teórica e didática as contradições e violências de uma sociedade que conseguiremos trazer pessoas para o nosso lado das barricadas. Aliás, será preciso construir muitas outras coisas mais duráveis do que barricadas se quisermos compartilhar e disseminar formas de resistência e organização anti-capitalista e anti-autoritária para sobrevivermos aos tempos de crises e leis de exceção. Para tanto, é preciso praticar, demonstrar e comunicar soluções anarquistas para os problemas que temos agora e os que forem surgindo nos próximos anos. Soluções radicalmente libertárias que satisfaçam nossas necessidades imediatas mas que sejam condizentes com nossos objetivos a longo prazo. Que nos preserve do olhar e das operações policiais mas que estejam acessíveis a todos que precisam se organizar.

É partindo dessa perspectiva que apresentamos esse projeto, *LUTANDO NO BRASIL – Sobre grandes mobilizações e o que fazer quando a fumaça de dissipa*. A organização e a primeira parte do texto foram feitos em São Paulo e não pretendem ser a melhor visão geral ou definitiva dos acontecimentos. Mas uma contribuição que analisa o todo sem deixar de assumir de onde constrói sua perspectiva. Esse é o primeiro capítulo de uma série de publicações que, para dar poder aprofundar e compartilhar diferentes formas de ver e agir em cada lugar, conta com textos escritos por pessoas e coletivos de diferentes estados do país a pensar e compartilhar experiências, questões e soluções para lutas anti-capitalistas de agora e que virão.

1 • DAS JORNADAS DE 2013 À COPA DO MUNDO 2014: A NOVA RESISTÊNCIA E O FUTURO DA REPRESSÃO

“Gostaríamos que bastasse escrever 'revolução' numa parede para que as ruas se incendiassem. Mas era preciso desembaraçar os nós do presente e, em cada lugar, ajustar contas com falsidades milenares. Era preciso tentar digerir sete anos de convulsões históricas. E decifrar um mundo onde a confusão floresceu numa árvore de mal-entendidos. Tomamos tempo para escrever esperando que outros tomassem tempo para ler. Escrever é apenas uma vaidade se não for para amigos. Mesmo que seja para amigos que ainda não conhecemos.”

“À Nos Amis”
Comité Invisível, 2014

Nos últimos anos tivemos dois momentos de grandes mobilizações políticas no país: a luta contra o aumento nas passagens do transporte público em junho de 2013 e em seguida as articulações e os protestos contra a Copa do Mundo FIFA em 2014. O primeiro foi completamente inesperado e vitorioso, enquanto o segundo produziu expectativas que não foram atingidas e demandas não conquistadas, mas ambos deixaram impactos e lições que terão efeito durante os próximos anos de resistência e organização anti-capitalistas.

As ondas de protestos que começaram em junho de 2013 chegaram a um pico inimaginável no fim do mês quando quase 3 milhões de pessoas protestaram ao mesmo tempo em mais de 100 cidades, conseguindo a revogação do aumento em quase todas elas, e até a diminuição da tarifa em cidades que sequer tiveram aumento, beneficiando 70% da população urbana do país. Apesar de terem sido convocadas por movimentos autônomos e da grande presença de vários grupos apartidários e libertários, essas mobilizações conseguiram a adesão de uma ampla variedade de pessoas. Estudos indicam que cerca de 4% a 6% da população adulta do país foi as ruas protestar de alguma forma. Índices altíssimos, principalmente para um país com pouca tradição de ocupar massivamente as ruas em protesto como forma de pressão política.

Ao mesmo tempo, esses eventos mostraram que uma sociedade tão plural e fragmentada não poderia ocupar massivamente as ruas sem levar junto seus antagonismos e conflitos internos. A adesão da classe média liberal, conservadores anti-PT e patriotas, todos com uma total falta de profundidade ou reflexão política sobre o que demandavam, foi também relevante e conflituosa dentro das próprias multidões protestando. Como

parte de sua estratégia de difundir pautas e partir de um movimento com tendências apartidárias para divulgar um fascismo anti-partidos, grupos nacionalistas – organizados ou não – e skinheads que participavam dos protestos agrediram manifestantes anarquistas e militantes dos partidos no dia em que se celebrava a vitória contra o aumento das tarifas em São Paulo. Pacifistas e pessoas que defendiam a propriedade acima de tudo agiram como polícia agredindo e entregando infratorxs para as autoridades: tudo isso nos alertou que não é preciso ter uma visão crítica ou anti-capitalista para estar na rua – assim como o seu contrário: não é o fato de ocupar as ruas em protesto que torna qualquer grupo libertário ou com uma postura anti-autoritária.

Até o fim daquele ano, e em todo o país, parecia que uma nova disposição tomava as ruas e toda pauta a ser reivindicada parecia ter o potencial de trazer milhares de pessoas para um ato, paralisar parte das cidades e até entrar em confronto aberto com a polícia e destruir a propriedade estatal e corporativa. Pipocavam novos protestos nas periferias e fora dos centros urbanos com menor número de pessoas fechando estradas e incendiando veículos em protestos contra remoções ou contra violência polícia.

Seja contra projetos de lei, como o estatuto do nascituro, que restringe ainda mais o acesso ao aborto legal ou então que apontam para uma “cura-gay”; seja pela demarcação de terras indígenas ou contra a Copa das Confederações e mega-eventos em geral; seja na luta por moradia e contra despejos; seja nas greves de professores, protestos contra o monopólio da mídia, ou revoltas populares nos bairros em resposta ao genocídio da juventude negra e periférica: parecia sempre haver uma parcela de pessoas em rebeldia, inspiradas e determinadas a manter acesa a revolta como nos dias mais intensos da luta contra o aumento. O surgimento de outras questões pelas quais protestar foi o resultado tanto da insatisfação geral das classes populares, como da tendência de grupos conservadores e setores da classe média desmiolada em transformar pautas genéricas e reflexões rasas em lutas políticas que rendam boas fotos a serem compartilhadas nas redes sociais. Mas muitas pessoas se inspiraram no fôlego alcançado em junho para levar a luta para outras questões socialmente relevantes. Comunidades periféricas, antes minoria nas grandes marchas no centro, chamavam mais atos e atraíam mais atenção, mostrando que se alguém “acordou” em 2013, foi quem não vive a realidade das periferias brasileiras, onde não se pode dormir.

Em setembro, vimos uma onda histórica nos quatro cantos do país frustrando os desfiles do Dia da Independência, e em outubro, a greve dos professores do ensino público que começou no Rio de Janeiro, com professores declarando oficialmente “apoio incondicional à juventude adepta da tática Black Bloc” e que caminhou para uma coordenação e solidariedade com protestos simultâneos acontecendo em São Paulo, organizados também por

profissionais do ensino público. Ainda em outubro, movimentos de libertação animal convidaram para um protesto e uma ação em um laboratório que realizava experimentos em cães no interior de São Paulo. Cerca de 200 animais foram resgatados, houve confronto entre manifestantes Black Blocs com a polícia e viaturas foram queimadas e o laboratório destruído. Foi a primeira vez que uma ação direta do tipo aconteceu no país e meses depois o laboratório declarou que iria encerrar suas atividades. Operações desesperadas e montagens foram elaboradas pela polícia, que chegou a usar a Lei de Segurança Nacional criada para responder a ataques terroristas durante a ditadura civil-militar – e que não era acionada há duas décadas – para assustar e desestimular o ânimo insurgente que estava se espalhando pelo país. Duas pessoas que estavam fotografando um dos atos dos professores de São Paulo em outubro foram presas e processadas segundo essa lei, acusadas de participar e “liderar os Black Blocs” e seguem respondendo em liberdade. Ficou nítido que a mensagem do Estado era que iria usar todos os recursos ao seu alcance para frear essa revolta que surgia sempre em uma nova frente.

Copa das Confederações: um ensaio para a Copa do Mundo 2014

Ainda em junho, os protestos contra o aumento foram dando lugar a outros protestos massivos contra os impactos dos mega-eventos nas seis cidades sede da Copa das Confederações de 2013. O evento, também organizado pela FIFA, sempre antecede a Copa do Mundo e foi executado como um evento-teste para o que viria em 2014. No entanto, foi uma prévia da possível resistência que veríamos, mas também da repressão que estava por vir e que, naquele momento, apenas foi colocada à prova.

Cerca de 800 mil pessoas ao todo protestaram nessas cidades contra a Copa das Confederações, sendo cerca de 300 mil no Rio de Janeiro, 60 mil em Belo Horizonte e 100 mil em Fortaleza. Em todos esses protestos era comum destacar os impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas na vida das populações desalojadas ou ocupadas militarmente, bem como para trabalhadorxs informais e ambulantes impedidos de trabalhar para ceder lugar ao monopólio das empresas patrocinadoras. Talvez a mais importante denúncia foi contra o projeto de cidade que favorece um modelo global voltado para o mercado, em detrimento de políticas que priorizem recursos para saúde, qualidade de vida e educação. As marchas, as associações trabalhorrxs e moradorxs atingidos pelos mega-eventos e os Comitês Populares da Copa, formados em várias capitais sedes do evento, levantavam a questão: “Copa pra quem?”; uma vez que a cidade era transformada com dinheiro público viabilizando negócios privados e pessoas sendo removidas ou impedidas de trabalhar sem ao menos uma consulta prévia. E também denunciavam as leis absurdas que ameaçam imobilizam movimentos sociais com penas duras, como leis anti-“terrorismo” e que criminalizam protestos e

greves com penas de até 30 anos de prisão para quem bloqueasse vias no dia dos jogos.

Mesmo com tanta repressão policial e manobras legais, as marchas levaram uma pluralidade de movimentos e pessoas descontentes com o real impacto do maior espetáculo do futebol mundial dentro do país que se declara seu maior fã. Mas quando se direcionavam rumo às zonas de exceção impostas pela FIFA, com cerca de 3 km em torno dos estádios, foram brutalmente reprimidas e se viram obrigadas a confrontar as forças policiais integradas, que contavam com mais de 54 mil oficiais da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defesas Cívicas, Guardas Municipais, nas seis cidades sedes. Tudo isso nos alertou sobre que nos esperava para a Copa do Mundo no ano seguinte. Mas a resistência também assustou tanto a FIFA como o Governo Federal, a ponto de firmarem um esquema de bloqueio policial e midiático ferozes em torno de qualquer ameaça de protesto.

A contradição de ver o “país do futebol” ser palco de intensos protestos e críticas contra seus maiores campeonatos era sinal de que boa parte da população entende que os recursos empregados em sua realização não vão melhorar sua situação e nem mesmo sanar os impactos que os próprios eventos vão produzir. Mesmo assim o governo e as empresas e seus cartéis iriam fazer o que fosse necessário para continuar seus negócios, usado a Copa das Confederações como campo de teste onde era possível conhecer seu próprio povo enquanto inimigo interno.

O espectro do anarquismo e outras imagens do futuro

As autoridades do Estado e a mídia se desdobraram para entender de onde vinha tamanha disposição e a repressão não tardou a se sofisticar para tentar identificar “lideranças”, ideologias ou “organizações” por trás das mobilizações – principalmente que diabo era esse anarquismo, quem eram tais anarquistas e de onde vinha essa ideia de Black Blocs. Tanto através do discurso de legitimidade que surgiu para diferenciar o protesto “legítimo” (o inofensivo) do protesto “ilegítimo” (que reage à repressão policial e mira as estruturas físicas do Estado e do capital), quanto através do uso de arcaicas leis criadas durante a Ditadura e que não eram usadas há décadas, bem como da criação de novas leis contra “vandalismo” e “terrorismo”, além da unificação das forças policiais com o Exército que contam agora com volumosos investimentos em treinamento, inteligência e equipamentos para controlar protestos e “distúrbios civis”.

Ainda em 2013, o *Alto Comando*, composto por comandantes das oito regiões militares brasileiras, se reuniu para fazer um “balanço” sobre as jornadas de junho. Estavam com receio de que as ondas de protesto não

diminuísem e discutiram sobre a falta de liderança nos movimentos que “dificultava a infiltração”. O monitoramento, então, passou a ser ininterrupto na internet e redes sociais. Ou seja, não estavam falando de inimigos externos, fronteiras ou da já velha “guerra às drogas”. Seu tema principal foi um esforço de organizar uma contra-insurreição em seu próprio território.

Na virada do ano já pudemos ver mais chamados para novos atos contra os impactos da Copa do Mundo Fifa, esses que teriam potencial de ser o estopim para uma nova onda de protestos, mais uma vez em junho, só que de 2014. O “efeito contaminação” que pulverizou chamados de atos e protestos pelo país parecia estar mais uma vez gerando iniciativas, organizações e chamados autônomos para reagir contra a Copa do Mundo FIFA em São Paulo. No entanto, vimos diversos grupos com interesses partidários e eleitores, além de figuras políticas com interesses próprios tomando a frente dessas mobilizações, com muito pouco diálogo com os Comitês Populares da Copa que há mais de 2 anos já vinham se organizando junto a populações atingidas pelos mega-eventos de forma autônoma e horizontal, contando, inclusive com a presença de muitxs anarquistas em suas comissões.

Logo no primeiro ato contra a Copa, realizado em São Paulo no dia 25 de janeiro de 2014, tivemos um cerco policial a um hotel no centro da cidade onde manifestantes tentaram se refugiar da repressão. Pessoas detidas foram espancadas e torturadas depois de rendidas dentro do prédio, perdendo dentes e sofrendo graves lesões, como a do jovem que foi abordado numa rua próxima ao fim do ato e baleado no peito e na virilha sem ter reagido à prisão. No dia 15 de março, em sintonia com os chamados internacionais para o 15M, um protesto foi organizado pelo Comitê Popular da Copa e outros movimentos sociais para denunciar os impactos do evento e a manifestação foi brutalmente atacada pela polícia logo que saiu do ponto de concentração, onde cerca de 10 mil pessoas se reuniam. Tudo isso nos chocou e serviu de alerta sobre como se daria a repressão a qualquer protesto contra a Copa. Vimos uma investida sem precedentes na era “democrática” das estruturas de repressão voltadas contra o povo, principalmente nas favelas e periferias, onde as balas sempre são letais.

Greves e piquetes tomaram o país com trabalhadores se organizando com ou sem o apoio de seus próprios sindicatos. Comitês Populares da Copa, que se articulavam desde 2011, colaboraram publicando informações e organizando horizontalmente junto a trabalhadorxs e moradorxs atingidxs pelas leis e obras para viabilizar os jogos. As péssimas condições de trabalho e a pressão para realizar o maior mega-evento do mundo, enquanto bilhões de reais gastos com obras inúteis, aparatos policiais para repressão, subsídios fiscais e desvios de verbas para empreiteiras alimentaram a revolta. Professores, bancários, metroviários, motoristas e até policiais paralisaram suas atividades e, em alguns casos, como o dos trabalhadores do transporte

coletivo em São Paulo e a da Polícia Militar do Recife, entraram em greve por melhores condições e ameaçaram não operar durante o mês da Copa.

O mais simbólico talvez tenha sido a mobilização dos garis no Rio de Janeiro, que no dia 1º de março iniciaram uma greve de oito dias para conquistar melhores condições e um aumento de 37% no salário. Grupos de trabalhadorxs se organizaram horizontalmente e fora dos sindicatos, que se mostravam afastados dos interesses da categoria, já tão marginalizada e ameaçada pelos processos de terceirização da mão-de-obra. Pressionaram a prefeitura deixando que a população tivesse o privilégio de caminhar tropeçando em sua própria sujeira durante a semana de Carnaval, quando a cidade fica lotada de turistas do mundo inteiro e ganha visibilidade internacional. As ruas de bairros nobres e turísticos tomadas por montanhas de lixo foi uma imagem inesquecível e uma ameaça para a propaganda vendida para a realização da Copa do Mundo. O mais assustador talvez tenha sido a greve da Polícia Militar em Recife, quando as Forças Armadas foram acionadas para reprimir saques a lojas e supermercados, ocupando as ruas com tanques e usando munição letal de alto calibre para dispersar a multidão.

Esse foi o clima que atravessou o semestre até o jogo de abertura em São Paulo, dia 12 de junho, quando protestos foram brutalmente reprimidos na zona leste de São Paulo. Só na primeira semana da Copa foram registrados 20 protestos em todo o país, onde a repressão e o silenciamento da mídia se fez presente. No dia 23 de junho um protesto na Av. Paulista contra a Copa ocorreu sem grandes incidentes, porém dois jovens que não se conheciam foram detidos sem motivo aparente ou explicação. Nenhum deles portava armas ou explosivos, nem mesmo estavam de preto ou tinham qualquer tipo de máscara ou pano para cobrir o rosto. Mesmo assim, o secretário de segurança fez questão de dizer que estava satisfeito com as “investigações” que terminaram com a prisão de dois “membros do Black Bloc”. Esse episódio mostrou que a polícia agiu de maneira a deixar evidente que já estavam investigando e buscando as pessoas que queria prender, numa clara tentativa de forjar provas para intimidar quem mais estava se organizando. Os dois jovens só foram soltos duas semanas após o fim da Copa, e depois de passar 45 dias na prisão, sendo que um deles segue respondendo um processo absurdo em liberdade. Na véspera do último jogo da Copa, durante a madrugada e a manhã do dia 12 de julho, 23 pessoas foram perseguidas e levadas presas de dentro de suas casas no Rio de Janeiro. Elas foram soltas semanas depois mas seguem lutando na justiça por sua liberdade acusadas de praticar terrorismo e formação de quadrilha, também com base em acusações e provas forjadas. Esse tipo de ação por parte da polícia e do judiciário mostra seus novos métodos para tentar entender e criminalizar qualquer forma de oposição ou mobilização – principalmente quando estas estão entrando em declínio, mais desmobilizadas e com menos apoio.

2 ● **MEGA-EVENTOS COMO DINAMIZADOR ECONÔMICO E POLÍTICO**

“Não há um governo mundial; o que há é uma rede mundial de dispositivos locais de governo, isto é, um aparelho mundial em rede, de contra-insurreição. As revelações de Snowden mostram isso amplamente: serviços secretos, multinacionais e redes políticas cooperam sem pudor, mesmo para além do nível estatal, enquanto ninguém parece se importar. E não há, nestas circunstâncias, nem centro nem periferia, segurança interna e operações externas.

O que se experimenta sobre povos longínquos é, mais cedo ou mais tarde, o destino reservado ao seu próprio povo: as tropas que massacraram o proletariado parisiense em Junho de 1848 tinham aprimorado suas técnicas de “guerra nas ruas”, nas chamas das enfumadas na Argélia em processo de colonização. Os batalhões de infantaria italianos, acabados de voltar do Afeganistão, são colocados em ação no Vale de Susa. No Ocidente, a empregar as forças armadas em território nacional para conter desordens maiores já nem é sequer tabu, mas sim um cenário bem comum. Das crises sanitárias à iminência de atentados terroristas, suas mentes foram metodicamente preparadas para isso. Por todo o lado as tropas treinam combates urbanos, a “pacificação” e a “estabilização pós-conflito”: está tudo pronto para as próximas insurreições.”

“À Nos Amis”

Comité Invisível, 2014

Numa economia neoliberal cada vez mais globalizada e urbana, as cidades são os principais palcos da acumulação de capital. Para atrair investimentos para um país, é necessário tornar suas cidades polos atrativos para investidores. Isso inclui uma vasta mão de obra disponível, um mercado consumidor voraz inserido na mesma linguagem publicitária do resto do mundo e, principalmente, dispões das estruturas de serviços e produtos necessários para ser competitiva a nível global: polos industriais e de pesquisa, aeroportos internacionais, hotéis de luxo, centros de convenção, complexos portuários, centros comerciais, etc. O país que quer competir por investimentos e uma posição de destaque na economia mundial deve usar suas cidades como instrumentos para tal competição. A visibilidade é crucial nesse processo: os eventos da Copa são transmitidos para mais de um bilhão de pessoas em 204 países, abrindo caminho para a venda e a exploração de imagens e publicidade em escala global. Uma influência que as grandes corporações e governos não querem abrir mão. Por isso, em conjunto, eles vão trabalhar para aprimorar a estrutura urbana com o objetivo de concentrar mais poder e capitais.

Essa dinâmica integra um novo processo pós-colonial de unificação e uniformização urbana e mercadológica da economia mundial, voltada para o benefício dos ricos e mascarada sob o discurso de “legado dos mega-eventos”. Como se tais obras fossem para o uso e o benefício da população

como um todo. Pelo contrário, vemos o aumento de uma infraestrutura voltada para a circulação de automóveis e privatização do uso do espaço público ao invés de melhorias no transporte coletivo e nas políticas de mobilidade e acesso à cidade. Vemos a expansão de um mercado imobiliário “financeirizado” e especulativo ao invés da garantia de moradia digna e o fim da concentração fundiária urbana e rural. Além de importar um modelo de urbanização elitista para cidades já marcadas pela desigualdade social, a imposição dessas políticas demanda uma implementação policial e legal para lidar com a instabilidade e os conflitos inerentes a esse sistema, e conter a resistência política dos setores sociais mais afetados que vão combater a tirania por trás dos eventos.

Uma breve história da Copa do Mundo

Se para compreender um aparato ou uma instituição é necessário ir às suas origens e entender com que intenções ele foi criado e a quem serviam seus resultados, voltemos ao ano de 1930, quando a primeira Copa do Mundo de Futebol foi realizada no Uruguai. O pequeno país completava então 100 de idade naquele ano e fez de tudo para sediar o evento, que serviria de ferramenta para consolidar uma identidade nacional e o patriotismo ainda incipiente no jovem estado. Nesses esforços incluíram construir em 9 meses novas vias, estruturas urbanas e o maior estádio do mundo – inaugurado no centenário da sua primeira constituição –, além de pagar os gastos de viagem e estadia de todas as seleções que iriam competir, fato que nunca se repetiu em nenhum país que sediou o evento. Num esquema de fraudes e ameaças, Uruguai saiu campeão do mundo e com um renovado espírito nacional.

Quatro anos depois, o segundo campeonato aconteceu nada menos que na Itália de Mussolini. Com direito a saudações fascistas antes das partidas e a ameaça de morte a toda equipe italiana caso não saísse campeã, a taça ficou mais uma vez no país sede. A conveniência de ser campeã durante uma ditadura, onde o clamor nacionalista é sempre bem vindo, também apareceu quando a Argentina sediou e venceu a Copa em 1978 durante a sanguinária ditadura que dominava o país. Foi no mesmo ano e ocasião em que pela primeira vez houve uma transmissão a cores partindo da Argentina para todo o mundo, salientando o elo entre Copas, ditaduras (com eleições ou não), propaganda e aprimoramento nos meios de se fazer negócios. Com o tempo não foi mais necessário que países-sede comprassem suas vitórias para conseguir mover emoções nacionalistas e proporcionar mais controle sobre os fluxos de riqueza e a criação de novos mercados para as elites locais e multinacionais.

Mais tarde, durante a década de 1980, tanto a Copa do Mundo como com as Olimpíadas passaram a servir como um dinamizador econômico e urbanístico na expansão do neoliberalismo mundial. Eventos esportivos internacionais passaram a sofrer a presença e a influência de corporações

mundiais que querem ter suas marcas vistas por bilhões e vendidas nos quatro cantos do mundo, sendo meses (ou até anos antes), como durante e muito depois dos jogos. Surge uma relação mais direta com a transformação urbana sob o discurso que justifica a construção de uma estrutura a ser deixada como “legado urbano” por onde os eventos passarem, e a projeção e o ingresso de cidades na lista de cidades globais que atraem investimentos, turismo e publicidade numa economia cada vez mais globalizada. O que coincide com uma diminuição do papel do Estado na gestão e atendimento das demandas urbanísticas voltadas para a captação de um excedente financeiro internacional que busca novos terrenos para se materializarem.

Políticas de moradia perdem para um mercado imobiliário especulativo, onde estradas, complexos arquitetônicos, centros comerciais, portos e aeroportos são financiados com dinheiro público, mas vistos como a oportunidade para empreiteiras, imobiliárias e outros cartéis especulativos verem seus capitais se multiplicarem. O resultado disso vem com a valorização excessiva dos aluguéis e do valor dos imóveis, o que obrigam habitantes de bairros inteiros a se mudarem. Isso quando não sofrem com remoções, despejos forçados e violentos em verdadeiras operações de guerra. No Brasil, assim como na maioria dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a gentrificação, a remodelagem urbana e as políticas higienistas encarnam uma face especialmente violenta porque lidam com regiões e populações em situações precárias, que já não se encontram dentro dos padrões mínimos de vida encontrados nos países ricos. Esses bairros ou comunidades (geralmente, a maioria de algumas populações urbanas) crescem com o descaso do poder público e à margem do planejamento urbano, abrigando como podem populações de baixa renda sem recursos básicos como água ou esgoto, ou vulneráveis a chuvas, enchentes e desmoronamentos. Sem falar na constante criminalização e incursão das forças policiais e militares – as únicas instituições do Estado que sempre estão presentes.

Quando um mega-evento se aproxima, essas zonas de habitações irregulares no caminho das obras tem seus dias contados. Em alguns casos, como no Rio de Janeiro, tendo suas portas pintadas com um número de identificação por funcionários da prefeitura – assim como nazistas faziam com vítimas do Holocausto – e recebiam um prazo para deixar suas casas, sem que consigam recorrer aos meios legais para obter uma compensação justa.

Foi assim que o Brasil violou sistematicamente leis internacionais sobre o direito à moradia, das quais também é signatário, impedindo que as comunidades afetadas ou totalmente removidas tivessem a oportunidade de debater os projetos, discutir sua real necessidade e apresentar saídas alternativas. Se um mega-evento como a Copa traz ganhos para um país, a pergunta é: quem vai se beneficiar desse ganho? As populações pobres ou periféricas removidas é que não são. Elas não vão ter como legado uma

moradia digna, igual ou melhor do que as que tinham antes. Se alguns, como João Havelange, brasileiro ex-presidente da FIFA (1974 a 1998), alegam que “vendem um produto chamado *futebol*” e que “política e futebol não se misturam”, sabemos que há muito mais política e poder por trás desse “produto”.

O PT de Lula e a Copa do Mundo em 2014

Um mega-evento não acontece no vazio ou sem um contexto amplo. Desde sua origem carrega as intenções de grupos corporativos e as máfias no comando da máquina estatal que vão se aprimorando a cada edição, seja para implementar novas políticas e mudanças urbanísticas que, sem um bom pretexto, jamais se tornariam prioridade, seja para acelerar um ou otimizar um processo de globalização econômica ou tecnológica ou mesmo para renovar e integrar uma protocolo global de policiamento e militarização. O fato de o Brasil ter se candidatado para sediar os três maiores mega-eventos do planeta em menos de uma década nos alerta para o que está por trás de tamanha ambição. O país recebeu a Copa do Mundo em 2014, vai receber as Olimpíadas em 2016 e foi um forte candidato a sediar a Expo 2020, perdendo para Dubai: respectivamente o primeiro, o segundo e o terceiro maior evento do mundo. Quais as intenções e os verdadeiros beneficiados desses empreendimentos? Qual o contexto de tamanha disputa por visibilidade mundial?

A FIFA e o COI (Comitê Olímpico Internacional) há muito tempo perceberam que seus eventos tem o potencial de atrair para um país grande visibilidade e investimentos de toda parte do mundo. Portanto, têm a cobiça de governantes locais que querem fazer história dispondo de popularidade e de pretextos para usar massivos recursos públicos para “modernizar” cidades e mercados imobiliários e alavancar empreendimentos privados, enquanto necessidades urbanísticas populares, como educação, saúde e qualidade de vida em geral são negligenciados.

O Brasil foi eleito em 2007 para sediar a Copa do Mundo de 2014. Era o primeiro ano do segundo mandato do PT, com Lula como presidente. E seu governo, desde o início, desenhou projeções a longo prazo para se estabelecer como potência mundial, tanto econômica quanto militar. Em 2004 Lula enviou 1200 soldados para o Haiti numa intervenção com o objetivo de “estabilizar” o país em crise desde a queda do presidente Aristide. Foi a primeira vez que o Brasil liderou uma intervenção militar internacional e se deu através dos pedidos dos EUA e da França. Lula esperava com isso obter apoio dos dois países para se candidatar a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU quando esse passasse por uma reforma. Até hoje não aconteceu reforma e o Brasil não conseguiu a cadeira, mas se mantém presente em 9 das 16 operações de manutenções da paz da ONU ao redor do mundo. Mas o governo petista foi com sua missão no Haiti até o

limite e levou a seleção brasileira de futebol para uma partida com a seleção haitiana na capital Porto Príncipe, num amistoso conhecido como “Jogo da Paz”, que comemorava o “sucesso” da ocupação e marcava o início de uma campanha de desarmamento da população. O evento contou com um desfile dos jogadores brasileiros em tanques de guerra enquanto eram ovacionados pela multidão.

A ambição e a megalomania de Lula eram tanta, que não se importou em dizer que a Copa seria do capital privado e em seguida abrir os cofres público para realizar o torneio mais caro de todos os tempos, que custou mais, inclusive, que as últimas três Copas juntas: Japão e Coreia do Sul em 2002, Alemanha em 2006 e África do Sul em 2010 custaram 30 bilhões de dólares. A Copa no Brasil em 2014 custou mais de 40 bilhões. A reforma de sete grande estádios e a construção de pelo menos cinco novos que não serão usados após o torneio (Brasília, Cuiabá, Manaus, Natal e Recife) foi quase inteiramente feita com dinheiro público. No total, foram disponibilizados 12 estádios de alto padrão, sendo que a própria FIFA exigia somente oito.

Os planos de Lula e do Partido dos Trabalhadores eram muito grandiosos para caber em apenas dois mandatos, por isso vemos ainda o desdobramento de seus projetos agora no segundo mandato de Dilma, o quarto com o PT na Presidência da República. Dilma foi ministra nos oito anos em que Lula foi presidente: primeiro como ministra das Minas e Energia e depois na Casa Civil. Foi também a mãe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que retomou investimentos dos capitais da especulação urbana. Agora, vai precisar lidar com a tremenda dívida pública deixada como parte do verdadeiro legado da Copa do Mundo enquanto se prepara para as Olimpíadas já em 2016, também conquistadas durante a gestão de Lula.

Só para a Copa no Brasil, a FIFA fechou mais de 900 contratos comerciais com empresas parceiras e patrocinadoras que tiveram monopólios na venda de produtos ligados ao torneio na região dos estádios e Fan Fests, além de alimentos, bebidas e serviços. Mesmo assim, o governo isentou a FIFA de pagar mais de 1 bilhão em impostos para realizar a Copa mais cara da história, mas também a mais lucrativa: 9 bilhões de reais foram arrecadados pela entidade que diz não ter fins lucrativos.

Para os governantes ligados à realização dos mega-eventos, o maior lucro é político e eleitoral. Para a FIFA, as empresas que ela mesma indica para planejar as obras de infraestrutura e para as empresas e empreiteiras que, não por acaso, são parte dos grupos que financiam campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, há um lucro financeiro de cifras bilionárias garantido pelo investimento de recursos públicos locais e pela força da repressão policial. Ou seja, é importante perceber que o PT não está nem poderia estar sozinho em seus projetos. Ele foi o partido que mais recebeu doações privadas nos últimos anos, chegando a 79 milhões de reais em 2013,

enquanto o PSDB, PMDB e PSB juntos conseguiram apenas 46 milhões de reais. Em 2014, ano da reeleição de Dilma Rousseff, o PT recebeu 47 milhões de reais das empreiteiras investigadas pela Lava Jato antes do primeiro turno, enquanto PMDB obteve 38 milhões e o PSDB 28 milhões. Há, obviamente, uma simbiose de poderes econômicos e políticos entre o Partido dos Trabalhadores e aqueles que controlam grandes capitais no país – a despeito do que esbravejam a direita partidária e organizada ou a classe média conservadora quando acusam o partido da presidente de querer instaurar uma “ditadura soviética” no país.

O verdadeiro legado da Copa: estados de exceção para manter abismos sociais

Os maiores resultados e o real legado da Copa já foram contabilizados muito antes do primeiro jogo: 250 mil pessoas desalojadas para realização de obras de infraestrutura sem serem realocadas devidamente; inúmeras obras que já estão sub-utilizadas depois do evento à custos bilionários de mais corrupção e desvios de verbas públicas que podiam ir para outras áreas precarizadas, como saúde, moradia e educação; ao menos dez operários morreram nas obras e suas famílias seguem sem as devidas indenizações. Outras das consequências tomaram a cena durante as semanas antes e durante o evento, e provavelmente vão perdurar por muito tempo: como trabalhadorxs ambulantes impedidxs de trabalhar durante a Copa nas regiões próximas das zonas de exclusão da FIFA tiveram suas licenças canceladas indefinidamente, exploração sexual de menores, e a repressão intensa a quem se organiza e protesta para denunciar tudo isso – afinal, nenhuma dessas medidas poderiam ser aplicadas sem a força bruta policial.

Com as revoltantes condições impostas pela FIFA, vimos o Estado brasileiro testando e implementando novas políticas e aparatos para controlar o inimigo interno, o questionamento e o protesto. Momentos como esse, um mega-evento mundial que abala a economia e as paixões forjadas no espetáculo, no ufanismo e no nacionalismo de um país inteiro, servem de pretexto e experimento para a articulação de uma nova ordem de controle estatal e corporativo dentro de um Estado de Exceção permanente. A Lei Geral da Copa (n. 12.663/2012) firmada em 2012 com o Governo Federal e a FIFA, uma instituição privada, foi a maior ofensiva legal contra o povo brasileiro com o objetivo de garantir que os “padrões FIFA” de organização de eventos viabilizassem a realização da Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014. Essa lei custou ao povo a suspensão de direitos e normas constitucionais que já são tão precárias para a maioria.

Um tribunal de plantão foi armado para julgar em menos de 48 horas greves ocorridas durante a Copa. Enquanto trabalhadorxs perdiam o direito de denunciar suas condições e lutar por melhorias, a FIFA podia evadir riquezas

e não pagar impostos por fazer seus negócios dentro do território brasileiro. Uma Secretaria Extraordinária de Segurança Pública para Grandes Eventos foi criada ferindo princípios federativos e democráticos. A privatização do espaço público também foi institucionalizada com a determinação do uso de “ruas exclusivas” para a FIFA e seus parceiros, onde até mesmo o comércio local seria obrigado a manter as portas fechadas dentro do perímetro de exclusão em torno dos estádios. A auto-regulação, também inconstitucional, permitiu que a própria FIFA atuasse no mercado sem qualquer intervenção estatal, estipulando o preço que quisesse para ingressos, suspendendo quase totalmente o direito à meia-entrada e qualquer aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Além disso, foi permitido o trabalho voluntário de mais de 20 mil pessoas durante a Copa, que se sujeitaram a trabalhar sem a proteção de direitos trabalhistas básicos e fora das normas constitucionais, em situação análoga à escravidão. Sendo que o trabalho voluntário só é previsto por lei para instituições não-lucrativas que tenham fins “cívicos, culturais, educativos, recreativos ou de assistência social” – o que sabemos não ser nenhum dos casos da FIFA. Também foi permitido o uso do trabalho infantil em atividades ligadas ao jogos, como a de gandula, o que é proibido no Brasil desde 2004.

Um amplo aparato legal foi montado para criminalizar movimentos sociais pautado em definições totalmente subjetivas, como “forças oponentes”, para caracterizar movimentos sociais, ou “causar pânico” ou “provocar ou instigar ações radicais e violentas” para qualquer manifestação ou protesto, contra os quais o governo autorizou a atuação das Forças Armadas; tribunais de exceção montados para atender casos durante a Copa; a suspensão do direito de greve; o enquadramento de ações como o bloqueio de vias nas leis anti-terrorismo. Além disso, o governo brasileiro não economizou na hora de ir às compras de equipamentos, como blindados com canhões d'água, drones, robôs controlados a distância e armas menos-letais – capazes de aleijar e também matar – para conter os chamados “distúrbios civis” e se proteger de “riscos e terrorismo”. Foram 70 milhões de dólares gastos comprando equipamentos de segurança dos EUA, Israel e Alemanha.

Policiamento global

Enquanto mísseis riscavam o céu em Gaza e tiros e bombas israelenses já haviam matado duas mil pessoas em território palestino, drones vendidos pelo Estado de Israel monitoravam os estádios da Copa no Brasil. Na final, no dia 13 de julho, 1.500 policiais cercavam um protesto no Rio de Janeiro perto do Estádio do Maracanã impedindo o ato de seguir, atacando com bombas e balas de borracha, prendendo 30 manifestantes. Cartazes em apoio à resistência palestina eram exibidos junto a outros que condenavam a Copa e a repressão em torno dela, fazendo a solidariedade “tão global quanto o

capital”. Tanques de guerra no entorno das favelas e caminhões do exército próximo aos estádios e às Fan Fests organizadas pela FIFA promoviam um clima de repressão ostensiva. Todos esses fatos e cenários nos levam a perguntar se para o Estado brasileiro sua população pobre e os movimentos sociais são seus palestinos ou haitianos, se as favelas são sua Faixa de Gaza ou Porto Príncipe. O fato de que Brasil treinou suas tropas ocupando o Haiti e agora usa equipamentos israelenses desenvolvidos e testados por décadas no povo palestino, nos dá a ideia de como a nova repressão globalizada é contruída.

Durante a revolta em torno do Parque Gezi, na Turquia, vimos imagens das pessoas exibindo cartuchos de bombas de gás e balas de borracha com a bandeira brasileira e a expressão “Made in Brazil”. Eram peças fabricadas pela empresa Condor, uma das maiores produtoras mundiais de armamentos menos-letais, com fábrica no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, em 2014, vimos 34 tanques alemães fazendo a segurança dos estádios da Copa. Os blindados com artilharia capaz de abater aviões foram comprados por 40 milhões de dólares. A empresa austríaca de armas de fogo Glock fechou um acordo exclusivo de fornecimento às polícias do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016. Segundo alguns relatos em jornais a própria empresa custeou uma viagem de policiais para Viena. A compra dos blindados foi uma recomendação da FIFA, que também se dirigiu às Forças Armadas brasileiras como se fosse um consultor militar e determinou quais equipamentos e armas deveriam ser adquiridos. Atitude que não respeita sequer a soberania de um país sobre como gerir sua segurança, ferindo preceitos democráticos que tanto o governo quanto a FIFA dizem defender.

Outra parceria presente como patrocinadora e fornecedora de equipamentos para vigilância e defesa durante as Olimpíadas é a empresa ISDS (International Security and Defense Systems), empresa israelense criada em 1982 para atender às ambições sionistas e que possui larga experiência no massacre e na repressão dos povos palestinos. Além disso, denúncias e documentos apontam para o envolvimento da ISDS em golpes e ditaduras como na Guatemala, em Honduras e em El Salvador. Suas atividades no Brasil em 2016 servirão de vitrine para seus produtos e serviços, além ser campo de testes para novas tecnologias e procedimentos para segurança de mega-eventos. Nas palavras de seu vice-presidente, as Olimpíadas no Brasil serão “uma incubadora para as tecnologias israelenses nessas áreas”.

O contexto de recrudescimento das leis, assim como o uso da Lei de Segurança Nacional criadas nos anos de Ditadura, a possível instauração de leis anti-terrorismo e o Decreto de Lei e Ordem indicam que os mega-eventos se tratam apenas de dispositivos para fortalecer os aparelhos de controle estatais que viabilizam e estimulam a atuação soberana das empresas e corporações transnacionais. O resultado já podemos sentir: os Estados vem se tornando quase que exclusivamente uma força policial que

garantirá globalmente o controle e a contenção necessários para o Capital e suas corporações imporem regras, circularem livremente e lucrarem cada vez mais com seus monopólios e cartéis. Tudo isso pode ser entendido como mais uma ofensiva de um grande projeto neoliberal de cidade em escala global, voltada para a produção, consumo e circulação de produtos e a força de trabalho necessária para sua realização.

Cidades que se destacam em uma economia global precisam se submeter a uma lógica de policiamento global. O governo de Dilma Rousseff sabia disso quando herdou o projeto de Lula e já preparou o terreno para que um policiamento militarizado e integrado fosse colocado em prática para garantir que a Copa do Mundo fosse levada a cabo. Com o uso de um conjunto de legislações de exceção e de outras manobras legais, como tribunais de exceção junto à região dos estádios, vimos também uma coordenação histórica entre polícias Civil, Militar, Exército, Ministério da Justiça, Ministério Público e governos federais e estaduais. Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), por exemplo integram um contingente de 1700 pessoas, entre militares e policiais rodoviários, federais, militares e civis, além de CET e SAMU para cuidar de 14 centros espalhados nas 12 cidades sedes dos jogos. O Ministério da Justiça investiu cerca de 100 milhões de dólares em tecnologia para operar esses centros que monitoram em tempo real aeroportos, estádios, estações de metrô e outros pontos estratégicos e enviam em até 8 minutos o reforços e suporte necessários. O plano de atuação define cada tipo de ação e sua resposta: se Black Blocs agem, quem lidera a operação é a Polícia Militar; em um incidente no aeroporto, lidera a Polícia Federal. O treinamento de capacitação foi fornecido pelo FBI. Assim, a ofensiva do Estado seguiu intimidando sua população e marcou mais um passo na consolidação de um estado de exceção permanente e globalizado que viabiliza a circulação e o acúmulo de capitais e o uso da força necessária para manter estável esse quadro desigual.

Essas inovações técnicas e legais deixarão como legado transformações anti-democráticas e inconstitucionais. Entre elas, a militarização cada vez maior de um espaço público cada vez mais em sintonia com um capital internacional e alienado das próprias populações que ali vivem. O tremendo aparato legal, tecnológico e bélico só precisava de uma porta de entrada para se instalar permanentemente. Um país como o Brasil, já tão militarizado e permeado por conflitos sem fim, agora se torna ainda mais sofisticado na sua guerra interna. O intercâmbio entre países tem sido fundamental para a imposição de uma economia global e trouxe para o país treinamento, equipamentos e estratégias das forças segurança mais violentas do mundo, como a polícia francesa, do FBI, mas também de companhias militares privadas como a norte-americana Black Water; além da parceria Brasil-Israel, avançando no que se refere a repressão ao “terrorismo”, ao poder paralelo do tráfico de drogas, mas, e principalmente, ao novo maior inimigo dos governos de economias globalizadas: seus próprios povos.

UPP's: o Estado e o Capital declaram guerra contra a população negra, pobre e periférica

A materialização do lado mais violento do novo projeto de cidade que está surgindo no Brasil são as UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora) instaladas na cidade do Rio de Janeiro. Ela representa melhor do que qualquer outra coisa a cooperação de guerra do Estado e do Capital contra o povo. O projeto de pacificação foi pensado e financiado junto com a iniciativa privada como forma de retomar um território dentro de seu próprio país, para que empresas e o governo possam capitalizar sobre a população das favelas e comunidades do Rio de Janeiro fornecendo os serviços e produtos que chegam de forma informal ou ilegal. Tudo isso sob o discurso do combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado e sob a orientação do Exército quanto a montagem e funcionamento das unidades pacificadoras.

Em 2008, ano seguinte à eleição do Brasil como sede da Copa 2014, o Ministério da Defesa do governo Lula elaborou o "Plano Nacional de Defesa", propondo uma reestruturação e uma unificação da ação das forças armadas, como também uma atualização tecnológica e bélica e a definição de algumas metas. Dentre essas metas e estratégias internas, estava a ocupação das favelas do Rio de Janeiro por meio de uma intervenção militar combinando o Exército e todas as polícias. Não parece coincidência que mais da metade dos soldados e oficiais à frente da ocupação do Haiti atuaram também nas operações de ocupação e "pacificação" das favelas no Rio de Janeiro, a maior operação militar da história recente do país. O Brasil usou uma ocupação internacional e as ruas do Haiti como teste para ocupar seu próprio território em uma guerra interna por controle de áreas urbanas que até então não era interessante para o Estado estar presente. Mas uma vez que um mega-evento se aproxima, torna-se estratégico retomar o controle de áreas onde atuam facções que controlam o tráfico e milícias compostas pelos próprios policiais que monopolizam serviços como transporte coletivo em vans, luz ou TV, ou então cobram taxas sobre a venda das drogas. Mas também passa a ser relevante para o Estado se prevenir contra mobilizações e levantes populares cada vez mais constantes e poderosos. E, a longo prazo, "integrar as comunidades à cidade", ou seja, formalizar e controlar toda a distribuição de serviços e produtos que acontecem informalmente e por iniciativa dos próprios moradores das comunidades, que se dependessem da ação do Estado, não teriam acesso a luz, água, televisão, internet, telefone, etc. Isso se torna evidente com o explícito financiamento privado das operações de pacificação e da instalação das UPP's nas favelas, responsáveis pela nova ordem imposta mediante a violência e brutalidade estatal, ao invés da do tráfico, com o objetivo de regular e lucrar com o mercado que acontece informalmente.

A intervenção da polícia é intensa no cotidiano das favelas e comunidades com a instalação das UPP's. Elas se assemelham à estratégia de controle permanente dos territórios, assim como foi no Haiti. O comando das UPP's proibiu os baile funks com o pretexto de que são organizadas pelos líderes do tráfico e moradores precisavam pedir permissão até mesmo para fazer uma festa de aniversário. Baseados numa resolução legal de 2007, os policiais militares tinham o poder de proibir qualquer evento dentro ou fora das comunidades sem apresentar qualquer justificativa importante. Essa resolução só foi derrubada em 2013 depois de muita pressão popular. Hoje, há 38 comunidades – mais de 400 mil pessoas – sob a vigilância das UPP's, e um projeto da Secretaria de Segurança Pública pretende “estreitar” ainda mais os laços dos policiais das UPP's com a comunidade, inclusive com o acompanhamento da frequência escolar de jovens e crianças. Somente em abril de 2014 o Governo Federal e do Estado deram início a retirada dos 3.300 soldados da Marinha e do Exército no complexo de favelas da Maré. Quase um ano após o previsto. Agora a polícia militar volta ao comando junto com as UPP's.

O rechaço por parte da população às UPP's é grande, devido a criminalização sistemática de todos os moradores de favela, os assassinatos sumários cometidos pelos policiais, assim como também a resistência das facções criminosas. Muitas UPP's foram atacadas com granadas e armamentos pesados no início de 2014. O governador do Rio, Sérgio Cabral, pediu formalmente ao Governo Federal e a presidente Dilma autorizou que fosse realizada uma ocupação militar pelas Forças Armadas que durasse até o final de julho, após o término da Copa do Mundo, quando supostamente estariam implantadas as UPP's na região. Durante os dias de jogo, especialmente na semana da final, tanques de guerra bloqueavam todas as saídas das comunidades da Maré e moradores só podiam deixar o local a pé, pois nenhum veículo que não fosse militar podia passar pelo local. No entanto a ocupação dura ainda em 2015. No dia 23 fevereiro centenas de moradores foram para as ruas da região protestar contra os constantes abusos e atos de violência cometidos pelos soldados do Exército, que em uma única semana metralharam um carro ferindo cinco pessoas, atiraram em um operário da construção civil que acabou morrendo no dia 20 e no dia seguinte, 21 de fevereiro metralharam uma kombi ferindo mais pessoas gravemente. O protesto terminou quando policiais e o Exército atacaram os manifestantes com bombas de gás e atirando com fuzis e munição letal. A multidão se dispersou mas resistiu e contra atacou os soldados com pedras, garrafas e fogos de artifício até que acabassem suas munições e tivesse que deixar a comunidade correndo. Ao menos um morador foi atingido com munição letal e o evento não foi coberto pela mídia corporativa e não teve mais que uma nota nos portais da grande mídia.

Todas essas manobras legais e militares com tons de guerra civil, iniciadas desde 2008, tinham o objetivo de preparar o terreno para esse modelo de

país e cidades globais que seria imposto através dos mega-eventos. Se o Complexo de Favelas da Maré era estratégico para o Estado por estar próximo às vias de acesso ao aeroporto internacional Tom Jobim, também era para o povo sua capacidade de fechar as ruas e protestar. Por isso o governo levou a cabo uma estratégia de guerra e dominação contra sua população e os movimentos sociais, feita para durar por muito tempo após o fim dos mega-eventos.

E a Copa segue

Sabemos que leis, direitos legais e a constituição só atendem às nossas necessidades na medida em que produzem ganhos ainda maiores para o governo e os patrões. Entendemos que soberania nacional quanto a gestão das leis e da segurança de um país apenas mantém a o monopólio da tomada de decisão que afeta a todos nas mãos de poucos poderosos. Mas além de entender tudo isso como uma fraude, é preciso entender que mesmo esse teatro democrático que nos garante direitos precários – sejam eles humanos ou trabalhistas – está sujeito a uma suspensão arbitrária a qualquer momento. E com essa suspensão, damos entrada a estados de exceção e de guerra preventiva decretados, muitas vezes, por instituições transnacionais e capitalistas nada democráticas, como a FIFA, cujos líderes nem sequer elegemos.

Além das pessoas presas simplesmente por estarem em um protesto ou sendo acusadas de organizar manifestações que a própria farsa democrática diz ser um direito, toda a população pode e irá sofrer as consequências de um estado policial de exceção cada vez mais permanente e unificado contra suas próprias populações. Mas, como já é de se esperar de um Estado racista e genocida, as populações negras e periféricas, assim como pobres em geral (no campo, na selva ou na cidade), nas comunidades ou em situação de rua sentirão o maior peso dessas mudanças. Um exemplo disso é o caso de Rafael Braga, de 26 anos, que trabalhava como catador e foi preso no dia 20 de junho de 2013, distante de onde aconteciam os protestos, simplesmente por portar garrafas de produtos de limpeza. Os policiais que o prenderam alegaram se tratar de material incendiário. Mesmo com a perícia comprovando o contrário, Rafael foi preso em regime de segurança máxima por quase um ano e hoje continua cumprindo em regime semiaberto sua pena de 5 anos de prisão, após ser julgado em tempo recorde.

Esperávamos conseguir chegar a um pico de atividade e mobilização durante a Copa de 2014 assim como foi atingido em 2013. Mas aprendemos a lição de que expectativas não contam muito para os rumos da história e dos movimentos. Apesar de gritarmos que não haveria Copa, de ocupar as ruas, de mobilizar e marchar com todas as pessoas atingidas por seus efeitos, ela aconteceu sem maiores transtornos para seus realizadores. A FIFA fez sua festa e saiu com o maior lucro de sua história e segue agora para a Rússia em

2018, um dos países mais repressivos quanto a liberdade de expressão e aos direitos civis. Em seguida, a Copa vai para o Catar em 2022, que vem usando amplamente a mão-de-obra de imigrantes em situação de escravidão, dos quais já morreram 1.200 operários e cuja previsão estima que mais 4.000 morram até o mês da abertura. Desde a última década, com a Copa de 2002 no Japão e Coreia do Sul, vemos uma transição na tendência da FIFA em levar seu evento para países emergentes, de democracias relativamente jovens (ou nenhuma democracia como no caso do Catar), tomados por uma corrupção profunda em seus governos e com legislações frouxas que favorecem as pressões externas para aprovar leis de exceção e retroceder em conquistas sociais e democráticas.

Se os meios legais e constitucionais que temos para nos defender de ofensivas cometidas por nossos próprios políticos já são tão pouco eficientes, nosso poder de reação contra uma instituição que nem está no nosso território se torna ainda mais fragilizado. A partir desse cenário entendemos que só uma ação radical de resistência e contra-ataque contra essas instituições nacionais ou supranacionais pode nos oferecer alguma esperança.



– E se na manhã seguinte nada voltasse a ser como era antes?

3. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: A DEMOCRACIA AINDA “REPRESENTA” MUITA GENTE

“Os partidos de esquerda são completamente incapazes de confrontar o papel dominante que o dinheiro desempenha na política eleitoral, tanto por intermédio de contribuições diretas para as campanhas, como por meio da mídia, que está se tornando cada vez mais o meio de expressão para os ricos e poderosos. Seu fingimento de representar a sociedade desaparece por trás do poder do dinheiro. E, portanto, talvez paradoxalmente, a corrupção se torna, em especial para a esquerda, um caminho quase inevitável para a eleição.”

Declaração – Isto não é um Manifesto, 2014.
Hardt e Negri,

Em outubro de 2014, três meses após o encerramento da Copa do Mundo, tivemos as eleições para presidência, governos estaduais, senado e câmara dos deputados. Foram também as primeiras eleições depois dos protestos de 2013 que tomaram o país expondo uma descrença crescente da população nas instituições políticas, na classe política em si e também nas organizações da sociedade civil, como partidos, sindicatos e até os movimentos tradicionais. Muitas das marchas foram até as sedes dos poderes executivos e legislativos onde multidões tentaram invadir os prédios e entraram em confronto agentes da repressão. Em alguns casos chegaram a cercar policiais e políticos dentro dos gabinetes como nos ataques ao congresso, senado e ao Itamaraty em Brasília, ou na invasão da Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro e no ataque ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo. Em Porto Alegre, manifestantes ocuparam a Câmara dos Vereadores e lá realizaram assembleias populares horizontais.

Mas, como se espera de uma sociedade tão diversa e dividida, essa postura radical de repúdio à política representativa não era a postura geral das multidões nas ruas, mas uma entre muitas. Em meio à faixas dos protestos, bandeiras negras e de muitas outras cores, cartazes com frases explicitamente tiradas das redes sociais virtuais, começadas por *hashtags*, e exibidas como numa postagem do Facebook ou do Twitter, com o caráter de expressão individual e isolada em meio a multidão. Dentre elas era comum ver a frase “não me representa” nas mãos tanto de movimentos organizados quanto de pessoas sozinhas, para referir-se a algum político ou medida. A classe política tentou parecer tocada e mostrar serviço aprovando em tempo recorde no Congresso medidas que estavam nas pautas levadas às ruas. A presidente Dilma declarou na TV que os protestos de junho eram uma “manifestação saudável e democrática” quando “não-violentas” e apresentou 5 “pactos” com medidas que prometiam melhorar os setores da saúde, educação e levar a uma “reforma política”. Todos esse indícios nos levavam a crer que essa descrença na democracia representativa e no processo eleitoral



– Alguns mais iguais que os outros.

como um todo seria refletido nas eleições e que a classe política realmente temia o desdobramento desse cenário. Os próprios parlamentares e muitos especialistas apontavam para um esgotamento das instituições democráticas e o seu distanciamento da população em geral.

No entanto, o que vimos no ano de 2014, durante as eleições, foi surpreendente. Se no ano anterior, as redes sociais contribuíram para que pessoas fossem para as ruas e agissem politicamente, agora a política eleitoral manteve os holofotes nos perfis sociais e páginas virtuais de onde as frases de protesto haviam saído. A internet se tornou o maior palco de discussões e disputas que os próprios candidatos também percorriam para conseguir votos. Desde a primeira vez que Lula concorreu a presidência em 1989 não se viu tanta polarização e nem tanta demonstração de apoio ao PT como uma “alternativa” realmente distinta da presença de um partido declaradamente neoliberal no comando do país. Por sua vez, o PSDB contou com um aumento considerável no número e na porcentagem de seus eleitores. Ao mesmo tempo, a direita e a classe média tentavam mostrar sua indignação elitista culpando o PT e seus supostos eleitores por todos os problemas do país – não demorou a isso culminar numa onda de racismo, ofensas às classes mais pobres e imigrantes que, na patética análise da classe média. Jornais registraram e descreveram como histórica a avalanche de discussões, postagens e compartilhamento de conteúdo nas redes sociais ligados à disputa eleitoral, principalmente na briga maniqueísta entre PT e PSDB, como um novo bem contra o mal.

A urgência de impedir que Aécio Neves e sua política dos patrões chegassem ao poder foi confundida com uma concessão generalizada em militar pelo Partido dos Trabalhadores, que deixou de ser o menos pior pra ser chamado de “real alternativa popular”. O que levou ao chão o nível do debate crítico às próprias medidas e caminhos favoráveis ao neoliberalismo e ao desenvolvimento de uma política cada vez menos popular e participativa que vem acontecendo desde que Lula chegou à presidência.

Muitos movimentos e pessoas não se contentaram com a ideia de impedir que Aécio fosse presidente, e passaram a defender acriticamente a reeleição de Dilma. Foram poucos os grupos que se posicionaram contra essa polarização simplista e tentaram lembrar que não interessava quem estava no poder, o interesse das classes minoritárias continuaria sendo esmagado como foi em toda a era Lula. Dentre eles destacam-se movimentos negros e periféricos, como o Reaja ou Será Morta/o e o Movimento Mães de Maio, que declarou respeitar “muitos irmãos e irmãs de várias trincheiras que estão recomendando a abstenção, o voto em branco/nulo ou também o veto em Aécio Neves (votando-se para isso na candidata Dilma Rousseff). Mas deixou muito explícito também que “ao longo destes 12 anos de governos petistas em âmbito federal, o Genocídio Contra o Povo Preto, Pobre e Periférico persistiu com crescentes índices de torturas (cotidianas), encarceramento (hoje são + de 550.000 pessoas presas) e execuções (cerca de 60.000 pessoas assassinadas por ano atualmente no país), com papel central da violência do Estado Penal. Os governos petistas não se esforçaram, como deveriam e como hoje pregam, para reverter efetivamente este quadro: ao contrário, com Ministros como o Sr. José Eduardo Cardozo, colocaram mais lenha - dinheiro para mais prisões e armas às polícias - nesta fogueira que queima sempre a mesma carne (negra, pobre e periférica)”. As Mães de Maio sabiam que pautas relevantes para as periferias, genocídio, encarceramento em massa, militarização, redução do Estado Penal, direito das vítimas do Estado e reparação, estavam completamente de fora das pautas e debates eleitorais, porque não são o interesse de nenhum dos lados da disputa pela gestão de um Estado branco e patriarcal erguido sobre o genocídio negro e indígena.

E para onde foi a tal “crise de representação”?

Até o dia do primeiro turno das eleições, muita gente se perguntava para onde foi aquela descrença na classe política, nos processos eleitorais e institucionais da falida democracia representativa. Ou melhor, para onde foram aquelas milhares ou milhões de pessoas que escolheram ocupar as ruas para gritar e cercar os palácios ao invés de sentar e esperar que representantes eleitos tomassem alguma iniciativa para além da manutenção de seus próprios privilégios. Essa pergunta se manteve latente durante todos os meses de campanha eleitoral e só foi um pouco amenizada quando foram divulgados os números de votos e abstenções nos dois turnos. Das 142,8 milhões de pessoas que votam no Brasil, 27,7 milhões simplesmente não foram às urnas dia 26 de outubro enquanto outros 6,5 milhões votaram nulo e 4,5 milhões em branco. Ou seja, 38,7 milhões de pessoas não quiseram escolher um candidato à Presidência da República. Esse número foi maior que os 34,8 milhões de votos que o candidato derrotado, Aécio Neves, teve no segundo turno contra Dilma Rousseff.

No Rio de Janeiro, abstenções, brancos e nulos chegaram a ser maior que o número de votos recebidos pelo governador eleito. Foram os maiores índices de abstenções em duas décadas no país.

Os números apresentados nas urnas nos ajudam a tentar entender onde pode estar parte da descrença daquelas multidões que gritaram nas ruas que essa política dita democrática não representa ninguém além da manutenção de uma aristocracia disfarçada de representantes do povo. Preferimos acreditar que essas pessoas, que desacreditam dos meios que a elite nos oferece e preferem lutar por si mesmas, estejam permeando esses altos números de abstenções que servem também de protesto e mensagem para essa classe política e seus engodos. Para as Mães de Maio, assim como para todas as pessoas que lutam por autonomia, justiça e liberdade, contra um Estado racista e patriarcal, a luta não se dará nas urnas, que são apenas as respostas que nos permitem dar, mas nas ruas e na organização e resistência diárias.

Dilma reeleita e a “estratégia” de quem não sabe aonde vai

A expressão “voto estratégico” foi muito utilizada nas redes sociais e nas declarações dos quem que queria evitar a vitória de Aécio Neves. No entanto, muitas pessoas e movimentos tomaram para si tal discurso, deixando de lado a chance de falar criticamente sobre o voto em si como um mero instrumento de dominação, que legitima a nossa perda de poder de decisão e o delega a uma elite de gestores profissionais e burocratas. Uma classe média progressista, acostumada aos corredores das universidades e das escolas de elite, a menos afetada pelo estado policial que se aprimora a cada ano, se sentia porta-voz dessa misteriosa “estratégia” e acreditavam que a esquerda no poder significaria ganhos reais e que seria um “egoísmo” não tomar partido nessa disputa. Essa opção não foi apenas inútil, como não foi nem mesmo estratégica.

Quando temos um *objetivo*, traçamos um *plano estratégico*, que conta com várias *fases* ou *etapas*, compostas por *táticas* relacionadas que avançam rumo a esse *objetivo final*. No entanto, não ficou nítido onde está a estratégia ou qual é o objetivo e os avanços táticos de se abrir mão de um trabalho contínuo ou de uma política radical que vá de encontro com o teatro eleitoral e democrático para fazer uma campanha eleitoreira para uma candidata específica. Se o voto é estratégico, seria melhor que ficasse claro qual o próximo passo e o que liga um ponto ao outro. Quando falamos de forma retórica sobre ter uma estratégia em meio a disputas políticas complexas, é muito mais provável que estejamos sendo parte da estratégia real de alguém com mais organização ou poder. Quem se dedicou a ver as redes sociais como campo de batalha para uma figura ou outra, atuou exatamente como previsto e planejado pela direção dos programas de campanha.

Conhecemos um resultado rápido e desapontador para quem suspendeu uma luta por autonomia e liberdade para defender a reeleição da candidata petista. Não demorou para que Dilma Rousseff mostrasse que não é apenas mais do mesmo para quem está na base da pirâmide social, sustentando um peso desumano e cruel, como pode ser tão “à direita” que seu adversário nas urnas, ao deixar sua base aliada governar diante do seu silêncio. Antes mesmo da posse Dilma tomou medidas impopulares que destruíram qualquer argumento em favor do poder “estratégico” de seus eleitores. Nomeou a senadora Kátia Abreu, representante da bancada ruralista e do agronegócio, inimiga dos povos do campo e indígenas, para o Ministério da Agricultura. Além disso anunciou novas alianças com partidos e nomeações de políticos tradicionalmente hostis à causas populares e sociais, como o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab e o ex-presidente Fernando Collor.

Dilma adotou programas semelhantes aos que criticava em seu oponente tucano e aprovou um corte de 18 bilhões de reais em benefícios trabalhistas como concessão de abono salarial, seguro-desemprego e pensão por morte e auxílio-doença, impondo novas regras para o acesso a esses direitos tornando-as mais rígido. Anunciou cortes de 7 bilhões de reais para a educação (que durante sua campanha, foi tratada como prioridade do governo), o aumento de impostos, na gasolina e um reajuste nas tarifas de energia em mais de 40%. Enquanto isso, o sudeste do país se afunda em uma crise hídrica, com bairros e cidades inteiras sem água durante a maior parte do dia e aumentam os rumores sobre os riscos de apagão e racionamento de energia elétrica. A maioria dessas medidas desagradou a classe trabalhadora, os sindicatos e movimentos sociais que apoiaram Dilma na eleição, mas deu um sabor especial à revolta da classe média e as elites que não aceitaram a derrota nas urnas. Sua queda de popularidade já era visível antes da virada do ano e quando entramos em 2015, a presidente evitou falar em público ou a jornalistas por mais de um mês, comunicando-se apenas por notas oficiais. Sua atuação política foi cada vez mais nula e comandada pela base aliada, com destaque para Michel Temer, seu vice-presidente filiado ao PMDB – que também é o partido dos presidentes da Câmara e do Senado, cuja direção política não parece ajudar Dilma a cumprir suas promessas de campanha.

O primeiro ano eleitoral depois das revoltas de 2013 infelizmente não foi o ano de uma ampla campanha por uma política além do voto. Se terminamos aquele ano com a sensação de que a luta popular influencia a política e com uma crise de representatividade no ar, terminamos 2014 sentindo que a Democracia Representativa ainda convence muita gente a manter a luta na superfície. Os grupos que mantiveram suas campanhas contra a farsa eleitoral foram ofuscados pela quantidade e pela intensidade com que outros grupos e pessoas que preferiram tomar partido na extrema polarização na disputa entre PT e PSDB, principalmente na internet. Mais uma vez, movimentos sociais – incluindo anarquistas – fizeram coro junto aos que

foram para as ruas defender a vitória do PT e perderam a oportunidade de se juntar numa outra campanha. O abismo entre gerações de anarquistas que aprenderam a lição quando Lula disputou a eleição de 1989 e as gerações que cresceram já dentro da era Lula (pós 2002) pode ter contribuído para esse cenário. Mas, além disso, o “efeito contaminação” gerado após as vitórias de junho de 2013 que levou milhares de pessoas às ruas por inúmeras outras causas pode ter se transformado em uma necessidade de tomar partido na disputa eleitoral. Aliado a uma falta de profundidade crítica, fez muitas pessoas verem a defesa da reeleição de Dilma como uma forma de manterem-se ativas nos processos políticos de sua sociedade.

Nada mudou e todo o esforço foi jogado no lixo (ou melhor: na urna). Mais uma vez aprendemos da pior forma que um partido que se ergueu nas costas das lutas populares e dos movimentos sociais não pode cumprir seus programas e promessas porque, para chegar ao poder, suas alianças políticas precisam envolver partidos e políticos que defendem o interesse do mercado e das classes dominantes. O que inevitavelmente leva a um amortecimento das lutas sociais e de classe em benefício de uma estabilidade política do partido no poder, que sempre tende a privilegiar avanços do Capitalismo neoliberal e global sobre os benefícios sociais. Como exemplo, vemos o recuo do protagonismo do PT em função do avanço de sua base aliada sobre a gestão econômica do país e o fracasso do partido em impedir a vitória na Câmara dos Deputados do projeto de lei que regulamenta e amplia o uso de trabalho terceirizado, mais precário e instável – a segunda grande derrota para a classe trabalhadora em apenas no início de 2015. Sem falar da dívida política e da subserviência à grandes empresas e conglomerados que financiam a maior parte dos custos de campanhas eleitorais visando um retorno muito maior.

O poder do dinheiro mostra-se muito mais capaz de influenciar o direcionamento político de qualquer partido que ocupe o governo do que o povo desorganizado, limitando a sua participação ao seu voto e suas campanhas pretensamente “estratégicas” em redes sociais virtuais. Se quisermos experimentar nosso poder de influenciar politicamente nossa realidade, devemos buscar caminhos mais ousados do que compartilhar a campanha de um candidato ou outro no Facebook. Estaremos perdendo duas vezes quando escolhermos votar ao invés de exercer uma real forma de atuação na sociedade e ainda usamos tempo e recursos para apoiar um candidato ou outro. É preciso ter uma estratégia real e não apenas usar essa palavra de forma retórica, e também promover a crítica e o total boicote à farsa eleitoral, encorajar a ação direta autônoma e a organização política libertária para intervir de fato na política que afeta nossas vidas. Mas antes disso, precisamos saber o que queremos e quem quer o mesmo que nós.

4. 2015: A LUTA CONTRA O AUMENTO EM UM NOVO TERRENO E A NOVA DIREITA NAS RUAS

O ano de 2015 começou indicando que um novo terreno se formava sob nossos pés enquanto crises sociais, políticas e ambientais prometiam deixar as coisas ainda mais instáveis. As tarifas do transporte coletivo sofreram um novo aumento em diversas capitais brasileiras logo em janeiro. Em muitos casos, eles foram maiores do que os de 2013. E dessa vez, para evitar os desdobramentos de junho daquele ano, as empresas e governo tentaram aproveitar o período de férias estudantis e uma possível desarticulação social para impor os novos preços. Em alguns casos, como em São Paulo, o aumento chegou a 50 centavos (mais que o dobro dos 20 centavos de 2013) e foi acompanhado de uma série de medidas para amortecer a revolta, como o passe livre para estudantes de escolas e universidades públicas e o congelamento do valor da tarifa para quem usa o bilhete único mensal.

Mesmo com essas medidas, o primeiro ato contra a tarifa reuniu cerca de 5 mil pessoas no centro de São Paulo, mas ao longo dos dias, as concessões do governo se mostraram mais eficazes do que gostaríamos: depois de 7 grandes atos no centro e em bairros importantes, além de uma dezena de outros atos, assembleias e outros eventos públicos, a tarifa não foi revogada. A mídia cobriu os atos sem o alarde que se tornou comum nos últimos anos e a polícia aprendeu a conter seus ânimos e “respeitar” os protestos, não atacando a multidão na primeira oportunidade. No entanto, a multidão também cedeu à política do “bom comportamento” (ou esqueceu como realmente pressionar quem está no poder) e a partir do quinto ato, a passeata mais parecia uma romaria escoltada pela polícia. Quando a manifestação chegava ao local determinado para o fim do ato, membros do MPL (Movimento Passe Livre), principal articulador da luta contra o aumento em SP e contra tarifa em si, celebravam e comentavam o quão raro era terminar um ato. Na volta para casa, houve tentativas de fazer catracas nos ônibus ou metrô, que às vezes terminavam em depredações, detenções e breves confrontos com a polícia, como quando o choque atacou manifestantes dentro da estação de metro Faria Lima, no dia 28 de janeiro, quando um grupo bloqueava as catracas.

Coincidentemente ou não, sem grandes prejuízos materiais para os ricos, sem sabotagem, sem a resposta devida às agressões policiais, nem a prefeitura e nem o governo do Estado se sentiram pressionados a falar com a imprensa sobre os protestos. Ao contrário do que houve em 2013, os atos em São Paulo foram diminuindo em número de pessoas e em repercussão na mídia até que pararam de ser convocados, mesmo sem uma nota do MPL dizendo que era o fim da jornada. O último ato reuniu 300 pessoas sob forte chuva no dia 6 de fevereiro.

Em 2013 uma vitória nos emocionou como nunca, mesmo sendo parcial e efêmera. Em 2015 uma derrota logo no primeiro mês do ano nos trouxe de volta para uma realidade ainda mais complexa. Se no ano da vitória contra o aumento o país estava em uma economia crescente onde ninguém poderia prever tamanha ebulição social, agora a retração econômica abre caminho para cortes e ajustes semelhantes aos países em recessão – um terreno favorável ao surgimento de novos conflitos e tensões sociais.

Até aqui, esses acontecimentos nos indicavam que é preciso entender o caminho dos movimentos e das lutas populares de resistência para nos preparar para novos desafios futuros. Não apenas com o objetivo de não “repetir erros”, mas também de *não se apegar as vitórias do passado*, mesmo sendo ele bem recente (ou principalmente por isso).

Se por um lado o MPL inovou na forma de articular as manifestações e atos públicos em São Paulo: não decidindo previamente o trajeto dos protestos e convidando grupos e indivíduos presentes na concentração do ato para uma assembleia onde o trajeto seria definido, iniciando a jornada com um grande ato no centro da cidade para depois organizar atos, plenárias e outras ações nas periferias antes do grande ato seguinte – invertendo a lógica do processo de 2013 e mantendo a estratégia de realizar manifestações descentralizadas quase que diariamente, por outro lado o movimento manteve a mesma centralidade nessa articulação que impediu uma real apropriação da luta por outros setores e camadas sociais. Praticamente a mesma postura de atuação de 2013, quando poucas pessoas conheciam o movimento e quando a maioria das pessoas nas ruas nunca haviam estado em uma manifestação antes.

Considerando que muito mais gente estava ciente das mobilizações e interessada em se organizar politicamente, parece contraditório manter a mesma centralidade dois anos depois, quando o governo concede (estrategicamente, é claro) benefícios como o passe livre para estudantes da rede pública para tornar ainda mais reduzida uma que luta já é específica e limitada. Também não devemos creditar totalmente essa derrota à falta de ação direta contra a propriedade estatal e privada. Entendemos que a vitória de 2013 foi uma vitória do povo e não só do MPL. O movimento apenas fez o chamado e as multidões atenderam com muita força e determinação. O povo não esteve presente da mesma maneira e talvez não tenha se sentido convidado ou importante um ano e meio depois. Uma combinação de fatores imprevisíveis podem estar por trás disso e não estão sob o “controle” de nenhum movimento.

A nova direita

Uma crise política já estava para vir à tona em 2013 quando a luta contra o aumento no transporte público em dezenas de cidades contaminaram toda a sociedade com a sensação de que a ação nas ruas podia ser efetiva para pressionar os governantes. Muito foi falado de uma “crise de representação” entre a sociedade e todas as instituições políticas. O distanciamento das bases sociais, demandas populares e os escândalos de corrupção nos quais mergulham o Partido dos Trabalhadores, já bastante desacreditado enquanto alternativa política, abriu espaço para o fortalecimento das formas de organização autônoma, de caráter horizontal e não institucional, como as que protagonizaram a luta contra o aumento das passagens em 2013. No entanto, esse quadro favoreceu também o avanço de uma nova direita vinda, em geral, das classes média e altas, mas que contam também com a presença e o apoio de uma ampla variedade social e do já antigo conservadorismo do cidadão médio brasileiro. A adesão em larga escala desses grupos se mostrou conflituosa. Durante a luta contra o aumento e ao longo dos meses de protestos que se espalharam pelo país esses conflitos foram muitas vezes físicos.

Muitas pessoas viam nas lutas contra o aumento das tarifas e, em seguida, contra os impactos dos mega-eventos como uma oportunidade de radicalizar e difundir uma organização e uma luta anti-



autoritária e anti-capitalista em si. Enquanto isso, os setores conservadores e tradicionalmente despolitizados viam apenas a oportunidade de reformar a sociedade sem que isso comprometesse as instituições que garantem seus privilégios de classes, gênero e cor. Seu modo de atuação, mesmo que ainda recente e imaturo, espelhava o fim que queriam atingir. Se anarquistas e anti-autoritários em geral não querem um mundo controlado pelo dinheiro e pela ordem policial, é coerente esperar que eles ataquem bancos e o patrimônio público e privado. Com a adesão massiva da classe média aos protestos, era comum ver esses grupos conservadores gritando “sem vandalismo” e defendendo a propriedade privada dos ricos, ou mesmo agarrando e entregando “vândalos” para as autoridades. Mesmo diante da

covardia e da brutalidade policial, gritavam “sem violência” para quem ousava resistir e responder às agressões. Isso deu um tom “pacifista” a certos grupos nos protestos. No entanto, há uma diferença entre militantes da esquerda ou anarquistas que caem no terrível erro estratégico de tomar a não-violência como princípio fundamental de qualquer ação política, e essa nova classe aderindo aos protestos. Pois ela enxergava a auto-defesa e na sabotagem contra a propriedade dos ricos uma ameaça para a ordem que queriam construir. Não estávamos dividindo as ações nas ruas com antigos pacifistas, mas com uma tendência da direita que se identificava com as instituições sob o ataque das multidões, sejam elas os bancos ou a polícia. Como fica claro no trecho do texto do coletivo *Recife Resiste!*:

“Aqueles cuja principal bandeira era o pacifismo não faziam nada senão contribuir com o fim dos levantes. Adotavam um vago e perigoso comportamento nacionalista – agarrando-se à bandeira do Brasil e cantando hinos patrióticos. E o pior: ser pacifista e estar nas ruas não significa ser contra a violência, pois eles só o são quando se trata de defender o patrimônio público, conjunto de concreto e vidro. Eles não se preocupam com a violência das detenções e as violências das imposições do Capital, cujo transporte ruim e caro é uma das maiores expressões. Também não se importam com a violência da propriedade, que mantém uma série de pessoas sem moradia e sem terra. Estão cegos para o genocídio que a polícia comete todos os dias nas periferias. Os pacifistas constituíam o setor conservador que, nas ruas, gritava para que o governo continuasse gerindo suas vidas enquanto esperava, com menos impostos, a nova mercadoria das prateleiras. Há algo de muito violento numa sociedade que precisa de uma corporação fortemente armada presente em quase todos os âmbitos de nossas vidas para poder funcionar. Não há paz fora da transformação radical dessa sociedade, pois não há paz para quem sempre viveu em guerra.”

“A luta é como um círculo. Pode começar em qualquer ponto, mas nunca termina.”

Recife Resiste!, 2014

Enquanto quem estava desde o início nas manifestações pela revogação do aumento tentava manter o foco nessa pauta, esses grupos patrióticos assimilavam os discursos e as pautas propagadas pela mídia e pela direita. O problema não era ampliar a pauta para além da questão do transporte e do acesso à cidade. Porque se essa amplitude refletisse uma radicalização e uma ofensiva contra os efeitos autoritários da democracia burguesa e do Capitalismo, provavelmente estaríamos numa situação muito melhor a que nos encontramos hoje, no início de 2015. Mas essa ampliação das pautas em um mar de demandas estéreis só faria com que a luta contra o aumento fosse ofuscada por causas que, na prática, só favorecem os programas da direita e não evitaria mais um aumento nos custos de vida para as camadas mais pobres da sociedade – nem mesmo representariam alguma conquista popular, seja a curto ou a longo prazo. O esforço em manter o foco da luta na

revogação do aumento, isto é, os “20 centavos”, foi também importante para não transformar as ruas em palanque para uma agenda nacionalista e progressista da direita e que seria nula para o povo e suas reivindicações de classe, mesmo que parciais e imediatas.

Ou seja, muitos grupos distantes ou de fato inimigos políticos e de classe, estiveram juntos nas ruas protestando e se enfrentando entre si até o fim de 2013. Mas no fim de 2014, a parcela conservadora já marchava sozinha e ficava clara a diferença entre os modos e os motivos que levavam as pessoas para as ruas. Manifestações em apoio ao candidato da direita à presidência Aécio Neves reuniram algumas centenas de pessoas nas principais cidades às vésperas das eleições. E em seguida, alguns milhares tomam as ruas das capitais contra a vitória de Dilma e do PT para a presidência. No dia 15 de novembro, na Avenida Paulista, entre artistas e outros políticos, o deputado eleito Eduardo Bolsonaro é flagrado discursando em um trio-elétrico com uma pistola automática na cintura e inflama o ânimo de cerca de 6 mil manifestantes que clamam pela volta dos militares ao poder.

Mas no dia 15 de março de 2015 um novo e muito maior fenômeno toma a cena e o que, até então, soava como uma piada, se torna uma assustadora realidade: grupos de empresários e ativistas virtuais usam as redes sociais, principalmente Facebook e correntes de *Whatsapp* para convocar manifestações simultâneas para pedir o Impeachment da presidente. A resposta é surpreendentemente massiva e cerca de 2 milhões de pessoas vão para as ruas em mais de 160 cidades. Em seu primeiro ato, essa nova campanha conservadora atingiu números comparáveis aos dias de pico das lutas de junho de 2013. Em São Paulo, pelo menos 300 mil pessoas vestidas com camisetas da seleção de futebol e com a bandeira nacional compareceram para protestar contra uma suposta “ameaça comunista” ou “ditadura do proletariado” planejada pelo PT. Multidões paravam na frente de ocupações populares dos movimentos de luta por moradia e insultavam as pessoas que ali estavam alojadas, ameaçando entrar e atacá-las. Grupos de skinheads nacionalistas uniformizados e armados com facas e fogos-de-artifício foram cercados por outros manifestantes e detidos pela polícia mas liberados no mesmo dia – o que contrasta fortemente com todas as prisões arbitrárias e provas forjadas, ou nas penas excessivamente pesadas aplicadas contra pessoas presentes em outros protestos anteriores contra o aumento ou contra a Copa do Mundo. Capitais como Vitória, Campo Grande e no Rio de Janeiro contaram com cerca de 100 mil pessoas cada. O ato foi repetido em 12 de abril, com uma pequena redução no número total de manifestantes, mas agora em 224 cidades contabilizando 700 mil pessoas. Os atos foram alimentados por uma ampla e tendenciosa cobertura de praticamente toda a grande mídia que, nas vésperas do primeiro protesto, anunciou e praticamente convidou a população para as ruas contra a presidente eleita e em favor de pautas conservadoras, principalmente o “combate à corrupção”.

O fenômeno é interessante porque revela uma nova geração de jovens que marcham junto à velhas figuras políticas que assumem um discurso ultra conservador e autoritário. Se dizem a favor da Democracia enquanto não aceitam o próprio jogo democrático e eleitoral que deu a vitória ao PT. Alegam defender a liberdade, a igualdade e a livre expressão enquanto clamam por uma intervenção militar. Se dizem contra a “violência” mas aplaudem e tiram fotos sorridentes junto da Polícia Militar brasileira, uma das que mais mata no mundo. Se dizem contra a corrupção mas parecem enxergar apenas quando ela aparece sob a bandeira do PT e tratam a corrupção estrutural de todo o sistema político e econômico do país, que envolve inclusive os políticos da direita que contribuem para articular os protestos e o processo de impeachment da presidente. Mas é também um fenômeno extremamente perigoso, por indicar o sintoma de uma forte tendência fascista enraizada em todas as camadas da sociedade.

Nessas eleições ficou claro que a sombra do autoritarismo aumenta a cada dia com apoio de grande parte da população. O deputado Pastor Feliciano, homofóbico e proponente do projeto de lei da “cura gay” foi um dos mais votados em São Paulo. No Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Heinze foi o deputado mais votado mesmo depois de declarar que “quilombolas, índios, gays e lésbicas são tudo o que não presta”. Antes disso, vimos uma série de prisões e agressões feitos por pessoas comuns, inclusive em comunidades pobres, contra pessoas acusadas de cometer pequenos furtos. O fenômeno foi aplaudido e estimulado por jornalistas como Raquel Sherazade do SBT, que defendeu em rede nacional o acorrentamento e linchamento de um jovem negro acusado de furto. O fascismo brasileiro difundido pelo país pode ser mais complexo e difícil de se diagnosticar porque não se baseia totalmente nos ideais de pureza racial como o fascismo europeu. No entanto, se fundamenta e traz em si uma tradição colonial e escravista, que atualiza o espírito do capitão-do-mato para um policiamento em favor da moral burguesa, que produz praticamente os mesmos efeitos, pois tem como alvo a população pobre, não-branca, não-heterossexual e não-habitante dos grandes centros urbanos.

As motivações e os argumentos dessa nova direita, por exemplo, estão muito mais baseados em um ódio de origens classistas do que em uma análise crítica e realista do que é o PT e da situação política no Brasil. Quando o resultado das eleições presidenciais declararam Dilma reeleita, uma onda de ofensas racistas tomou conta das redes sociais quando eleitores do PSDB culpavam classes e os estados mais pobres pelo resultado nas urnas. E mesmo enquanto o PT assume políticas cada vez mais favoráveis ao neoliberalismo e ao interesse dos patrões, esses setores continuam a difundir uma análise deturpada e anacrônica de uma “ameaça vermelha” tirada dos tempos de Guerra Fria. Como se o partido da presidente tivesse realmente alguma intenção ou capacidade de transformar o Brasil em uma “nova Cuba ou China”. A falta de profundidade e de embasamento dessa análise não

parece ter importância para os inimigos do povo, das periferias e dxs pobres. A reação que quer defender o país da delirante ameaça de uma “ditadura do proletariado” do século XXI seria a reedição de uma ditadura militar explícita e improvável no auge do Capitalismo global, que prefere mascarar seu autoritarismo por trás de instituições e processos chamados “democráticos”.

Os próprios líderes das forças armadas, tanto Exército, como Marinha e Aeronáutica, declararam que “estão totalmente inseridos na Democracia” e “descartam qualquer possibilidade de golpe”. E até mesmo líderes do PSDB, como Aécio Neves e o ex-presidente Fernando Henrique reconhecem que falta embasamento para um pedido de Impeachment da presidente. Mas essa incompatibilidade entre a direita formal e partidária em relação aos organizadores dos protestos anti-PT e grande parte dos manifestantes não significa que devemos nos preocupar menos. Vivemos um momento em que o senso comum considera o fracasso do Partido dos Trabalhadores em promover mudanças significativas mesmo após quatro mandatos presidenciais como a falência total a qualquer solução vinda da esquerda. Enquanto isso, vemos o fortalecimento de uma direita que detêm o controle do Capital e influência sobre os políticos do país.

Assim como novos movimentos autônomos e anarquistas agem separadamente da esquerda institucional e dos partidos, tendências e organizações da extrema-direita podem se organizar em busca seus objetivos independentemente dos partidos e instituições políticas abertamente conservadoras. Como vimos nessas manifestações de março e abril de 2015, grupos neonazistas podem se exibir e até ser presos sem maiores complicações legais. Além disso, o fato de que centenas de manifestantes ameaçaram ocupações anarquistas em Porto Alegre e de movimentos populares de moradia em São Paulo, incendiaram com bombas uma sede do PT em Jundiaí mostra que há uma potencial ameaça de confrontos físicos nesse despertar da direita. Como já é rotina em outros países com forte presença e atuação de movimentos anarquistas e autônomos, como Chile e Grécia, as classes políticas conservadoras e a política costumam estimular e acobertar as ações violentas de radicais da extrema-direita contra manifestações ou espaços políticos populares que desafiam a ordem.

Quando enfrentamos momentos de crise, é comum ter a nossa frente novas opções que fortalecem as lutas por uma ruptura radical com a ordem vigente, ou então as que nos levam para o aumento do controle social através de medidas autoritárias. O fascismo é uma tendência que se aproveita e floresce melhor justamente nesses momentos de crise, em que a opção libertária e anti-autoritária falha e cede lugar para o protagonismo conservador e da direita. Temos como exemplo o levante popular na Ucrânia, que perdeu o controle para grupos nacionalistas e neo-nazistas que desafiaram os governantes e lutaram contra a polícia, ocuparam prédios públicos,

afundaram o país em uma guerra-civil, e mostraram que não precisa ser de esquerda para promover ação direta contra o Estado. Qualquer movimento ou luta popular e libertária que emergir a partir de agora no Brasil deve contar com o crescimento e o avanço dessa nova direita como um obstáculo complexo e delicado. Se por um momento compartilhamos as ruas e discordávamos quanto ao modo de agir e quanto aos pontos em pauta, agora a divisão está mais evidente do que nunca e a divergência se torna um conflito aberto entre partes da sociedade prestes a bater de frente.

Precisamos desenvolver formas de luta que distribuem o poder de decisão e influência política ao invés de simplesmente fornecer opções que concentram ainda mais poder na mão de poucas pessoas ou instituições. Mas ao mesmo tempo é preciso saber como delinear uma direção política para onde pretendemos apontar, para assim saber se compartilhamos os mesmos objetivos com quem dividimos o processo que envolve cada dia de luta e organização. Do contrário, uma guinada para conservadorismo com sabor fascista vai parecer a melhor solução para mais e mais pessoas. E no isolamento, seremos presas fáceis, tanto para o Estado, quanto para fascistas que se dispõem a fazer sua “justiça” com as próprias mãos.

5. CICLOS DE VIDA DAS MOBILIZAÇÕES

Nenhuma das lutas que explodiram nos últimos anos ao redor do mundo deu fim ao Capitalismo ou ao Estado nas regiões em que surgiram. Ao que parece, não será apenas um único levante ou causa específica que vai nos levar a uma mudança profunda ou à tal revolução. Seria mais provável que uma série de lutas ainda vão surgir para responder aos efeitos cotidianos e as crises cíclicas desse sistema – e anarquistas deveriam se preocupar em vencer a última e definitiva batalha que torne totalmente obsoleto o sistema em que vivemos hoje. Precisamos saber como sair mais fortes dessas lutas e como dar continuidade à organização nos momentos entre esse momentos de pico. Se mobilizações parecem ter um ciclo de vida, de crescimento, auge e declínio, é importante que os laços construídos e os conhecimentos e habilidades desenvolvidos sejam mantidos para que haja uma continuidade e para sabermos nos encontrar mais facilmente, impedindo que as próximas gerações sempre recomecem do zero toda vez que precisarem se mobilizar. A bagagem de acertos e avaliações dos erros, bem como dos conhecimentos e ferramentas que funcionam precisam de um trabalho contínuo, de espaços físicos e da comunicação entre as gerações para que não se percam com o tempo. Não ter uma tradição ou meios de passá-la adiante nos coloca em larga desvantagem frente às instituições do Estado e do Capital.

Há uma diferença entre o início, o auge e o declínio dos movimentos assim como entre cada movimento. Tão importante quanto saber reconhecer a insuficiência de nossas narrativas é reconhecer o momento e o terreno que atravessamos a cada período de mobilização, para não ficarmos sem chão quando o movimento perde força ou quando os protestos e assembleias não acontecem mais. Será importante que as fendas abertas, isto é, as concessões que conquistamos ou os espaços que tomamos dentro do sistema, sejam mantidos e aproveitadas em uma próxima ocasião para que favoreçam tanto nossas demandas urgentes quanto nossos objetivos a longo prazo: o fim do Capitalismo e toda forma de opressão – mas para isso, também é necessário discutir abertamente quais são esses objetivos de longo prazo.

É preciso saber o momento de atualizar as estratégias para se adaptar a mudanças e ao inesperado. Assim como uma nova geração busca nas pessoas mais experientes referências para sua luta, militantes mais velhos muitas vezes tentam trazer para os movimentos táticas que funcionaram ou não em um passado recente e que já não se aplicam nos novos contextos. A criatividade e a ousadia das novas gerações podem ser tão importantes quando a experiência das mais velhas. E se algo funcionou num momento recente, não necessariamente vai funcionar sempre que quisermos.

Nada garante que as revoltas futuras serão tão intensas ou surtam o mesmo efeito que as anteriores. Somos incapazes de prever quando o sistema

finalmente cairá assim como somos incapazes de prever a força de um levante até que ele aconteça. Mas podemos nos preparar para quando eles vierem ou estimular sua vinda, assim como os Estados se preparam e se esforçam constantemente para reprimi-los ou impedir que eles insurjam. O que fazer fora dos picos de atividade política influenciará os rumos das próximas lutas e a continuidade da resistência.

Reconhecer o momento em que estamos

Em 2013 tivemos uma vitória inesperada numa onda de protestos e agitações que ninguém pôde prever e que, provavelmente, são fruto de uma coincidência de fatores complexos e incontroláveis que não cabem nas estratégias ou planos de um único movimento. Em 2014 a expectativa com que começamos o ano foi muito maior do que a realidade que conseguimos construir na resistência contra a Copa do Mundo. E já nas primeiras semanas de 2015, quando houveram novos aumentos no custo do transporte coletivo, vimos o poder da organização e pressão popular perderem para as manobras executadas tanto pelas tropas da polícia nas ruas, quanto pelas medidas tomadas entre as paredes dos palácios. O terreno que proporcionou a primeira grande vitória dos chamados “novos movimentos” ou “movimentos autônomos”, mudou consideravelmente e a vitória parcial de 2013, que revogou o aumento mas não a tarifa, se mostrou pouco duradoura e foi sucedida por uma derrota ainda mais amarga em 2015.

De economia em ascensão, agora o Brasil entra para o grupo de países em retração econômica. Mas ao contrário dos países desenvolvidos em crise, sua população nunca desfrutou dos benefícios de uma economia de elite. Apesar do crescimento considerável do setor de serviços, o país ainda mantém um quadro de instabilidade e a dependência em relação aos mercados internacionais por ter ainda uma economia baseada na exportação de commodities. Houve basicamente um crescimento do poder de compra das classes mais baixas devido ao acesso a crédito, a geração de empregos precários que não pagam mais que um salário mínimo e programas como o Bolsa Família, que tiraram cerca de 30 milhões de pessoas da total pobreza. No entanto miséria e o abismo social ainda é enorme e continua aumentando. Nada mudou significativamente quanto ao acesso à propriedade e à educação, o que não permite dizer de fato que há uma “nova classe média”. Situação agravada após a política de cortes orçamentários aplicados pelo governo Dilma após a reeleição, e a crise política e econômica que coloca em cheque todo o projeto do PT enquanto o desemprego aumenta e tira os postos de trabalho precarizado criados nos últimos anos. A presidente chega aos 8% de aprovação popular num momento de fortalecimento da direita. Sendo assim, refletir sobre os movimentos que antecederam a explosão que foi 2013 pode ajudar a entender de onde viemos e, talvez, especular para onde estamos indo e nos preparar para sinais de como serão os novos cenários.

Na virada para o século XXI ouvíamos nas ruas que “nossa resistência será tão global quanto o capital”. Hoje parece que essa previsão se realiza em momentos específicos quando vemos uma inegável sintonia e um paralelo na forma, na estética e nas ferramentas de luta social em diferentes países, especialmente desde a Primavera Árabe em 2011. Anos antes dos protestos no norte da África, os movimentos anti-globalização que tiveram seu auge entre 1999 e 2000 com a articulação internacional da AGP (Ação Global dos Povos) tentaram responder à globalização forçada da economia com articulações de resistência também em escala global. Ao mesmo tempo tentavam oferecer um contraponto ao autoritarismo e a centralidade da esquerda clássica. Para isso esses movimentos se pautaram em elementos libertários e mais flexíveis influenciados pelos movimentos anarquistas, zapatistas e também das contraculturas. Não era um movimento unificado ou homogêneo, mas uma articulação de movimentos que cooperavam e se pautavam nos mesmo princípios anti-capitalistas e autonomistas. Ela trouxe a horizontalidade e a autonomia frente às instituições e ao Estado como formas sérias e politicamente relevantes para a luta social. Aproximou fatores culturais, identitários, de gênero e da vida pessoal para a ação política. Popularizaram assembleias e métodos horizontais de tomada de decisão.

Naturalmente, a AGP perdeu força e fechou seu ciclo com muitos acertos e mudanças, mas também tropeçando na falta de crítica sobre suas próprias inovações: a oposição ao modelo autoritário de organização ao controle “militantes” especialistas abriu espaço para o espontaneísmo e à falta de compromisso, ou mesmo à uma falta de estrutura que favorecia hierarquias informais. Uma supervalorização de uma cultura ou estilos individuais fez com que práticas e formas de participação não se expandissem para além de círculos que tinham determinados gostos ou condições sociais que favorecessem certos comportamentos e posturas. Ao aproximar a juventude da política, deixou que a oposição entre novo e velho marcasse como “ruim” tudo que vinha dos movimentos mais antigos. Mas mesmo criando novos problemas enquanto buscava contornar os antigos, a AGP promoveu uma crítica importante ao modo com o que até então a esquerda e os movimentos se organizavam. De fato ela trouxe para o debate outras questões invisíveis para a maior parte dxs militantes – como a problematização do cotidiano, das hierarquias internas, das opressões de gênero, cor e sexualidade.

Toda onda de lutas sociais influencia e deixa algum legado para a próxima. Os chamados “novos movimentos” sociais abriram caminho para que a horizontalidade e o apartidarismo fosse predominantes nas revoltas recentes. E essa herança fica evidente nos movimentos autônomos que tomaram a frente das lutas desde 2013. Movimentos sem líderes e sem vínculos com partidos ou governos, que se organizam horizontalmente, problematizam – mesmo que muitas vezes menos que o necessário – hierarquias internas como o machismo e a homofobia. O próprio Movimento

Passe Livre (MPL) é herdeiro dos aprendizados da AGP, fruto de uma articulação estudantil autônoma e mais combativa, mas também de meios contraculturais anarquistas e punk. Formado entre 2004 e 2005, bem no fim das mobilizações dos movimentos anti-globalização, o MPL se organiza a partir dos princípios de horizontalidade, autonomia, independência, apartidarismo e federalismo. Sendo assim, é uma das pontes que conecta esse último momento de grandes lutas sociais anti-capitalistas mundiais do fim da década de 1990 e início dos anos 2000 com os levantes de 2013 em diante. Traz seus métodos e muito de sua bagagens de erros e acertos.

Mas talvez esteja próximo o momento em que outros modelos tomarão o lugar daqueles que nos trouxeram até aqui. Se há 15 anos íamos de cidade em cidade seguindo os encontros da cúpulas governamentais e corporativas para protestar e dizer que não concordávamos, entramos agora em uma época de ondas de lutas e agitações que atravessam semanas e até meses, muitas vezes ocupando ruas em protesto ou montando barracas em praças, ocupando prédios ou terrenos inteiros com relações e formas de viver que se chocam com o status quo. Cada uma dessas lutas tem partido de seus próprios contextos, no entanto, passaram mensagens semelhantes. Não foram contidas por instituições ou programas dos movimentos sociais tradicionais ou da esquerda, e tenderam a extrapolar as problemas iniciais que lhes deram origem. A sensação que temos é a de que em nossa época, um levante pode começar a qualquer momento, em qualquer lugar. No centro ou na periferia de alguma cidade, num país rico ou em uma economia em desenvolvimento.

6. PARTIR DE ONDE ESTAMOS PARA A DIREÇÃO QUE QUEREMOS TOMAR

Velhos programas e identidades: quem são os sujeitos nas ruas?

Além das vias bloqueadas, de viaturas e distritos policiais em chamas, sedes dos governos, bancos e estabelecimentos comerciais depredados e saqueados como em inúmeras cidades nos cinco continentes numa escala provavelmente inédita, os levantes que presenciamos também tem oferecido muito mais linhas de fuga do que adesão a plataformas ou programas. A negação de toda forma de autoridade, identidades fixas, ordem e controle parece ser o maior ponto em comum. Desde o jargão do “não me representa” até o ataque e tentativa de invasão de prefeituras, assembleias e câmaras municipais nas capitais mais importantes do país, percebemos que o que está sendo questionado é a própria representatividade, ou seja, o modo como somos governadxs na Democracia.

Cada vez mais uma geração se afasta do discurso e do direcionamento de partidos que não querem nada além de um dia poder jogar o jogo de dentro do mecanismo estatal. Trabalhadorxs que querem mudanças reais organizaram greves ilegais e entraram em conflito com a direção de seus sindicatos, que se tornam cada vez mais uma ferramenta institucional de centralização e amortecimento das lutas, como foi o caso de garis, rodoviárixs e professorxs nesses últimos dois anos. Fato muito sintomático, principalmente depois que a era Lula trouxe para perto de si e domesticou sua base sindical e popular – tanto que nenhuma greve foi chamada durante todas as semanas de lutas de junho de 2013.

Quem foi o sujeito da Primavera Árabe? Ou da resistência no Parque Gezi? Nas revoltas de junho de 2013 no Brasil ou contra a Copa de 2014? O operariado? Os estudantes? A juventude? A classe trabalhadora precarizada ou camponesa? Quem ousaria demonstrar qualquer certeza sobre isso? Num mundo que pela primeira vez é mais urbano que rural, que caminha para automatização quase total da produção no campo e na cidade, muitas de nós já assumem posições cada vez mais predominantes no Capitalismo do século XXI: nos restam as classes precarizadas, terceirizadas, urbanas, que realizam o trabalho e os serviços que máquinas ainda não podem fazer. Cuidamos, operamos, consertamos e somos a voz que as máquinas não podem ter ainda. Limpamos balcões, abrimos portas, digitamos no computador, atendemos telefone em uma economia que aumenta cada dia sua produção imaterial e simbólica. Isso sem falar em todo o trabalho sexual, o capitalismo ilegal, o tráfico, e todas as pessoas excluídas de qualquer trabalho ou em situação de rua que não são citadas nas estatísticas.

Ao longo da história, definir a priori um sujeito unicamente responsável ou legítimo pelas mudanças e pelos conflitos necessários se mostrou um engano tolo quando não serviu a estratégias que culminaram em traições de classe para manter a centralidade de vanguardas ou governos “legítimos”. Não havia apenas um sujeito, setor ou categoria marchando nas ruas, ocupando praças ou derrubando presidentes nos últimos grandes episódios de lutas sociais. Foi compartilhando o espaço para caminhar, para montar acampamentos ou defender nossa posição atrás de barricadas em chamuscas que começamos a construir relações e compartilhar valores. Nossa realidade não é tão uniforme a ponto de podermos definir com certeza onde cada uma de nós está. Não foram pessoas específicas que produziram as revoltas, mas sim as revoltas que estão produzindo novos tipos de pessoas.



Não se trata de esquecer uma perspectiva classista da luta ou negar que ainda há fábricas e lavouras triturando nossos corpos e nossas vidas para que alguém saia lucrando. Mas sim compreender que o tecido social está se tornando muito mais complexo, assim como o modo de produção e acúmulo de capital está tomando novas formas – e nomes e conceitos que usamos desde o início da industrialização talvez não sejam o suficiente. Operariado e camponeses apenas compõem os 99% subjugados ao lado de precarizadxs das cidades, ambulantes, desempregadxs, excluídxs ou em situação de rua, trabalhadorxs de escritórios e cafés, profissionais do sexo, mas também profissionais liberais que se acham verdadeirxs detentorxs de um espírito empreendedor atrás de seu computador. Há tanta gente trabalhando na produção de coisas totalmente fúteis ou imateriais, como um telemarketing, um website ou um cappuccino gourmet, que auto-gerir seu trabalho junto a

sua “classe” seria impossível sem manter em torno de si uma cadeia competitiva de demanda e consumo capitalistas. Não considerar essas mudanças no cenário e insistir em velhas teses e jargões ideológicos só vai nos jogar para o mesmo limbo onde estão os partidos e os sindicatos. Para estar na rua é preciso saber o que ela está dizendo e como está dizendo. Num país onde 2 milhões de jovens trabalham operando telemarketing, sugerir que a sua única saída é que tomem a gestão da produção do seu trabalho das mãos do seu patrão parece uma piada de muito mal gosto.

“Quando uma greve começa, o sujeito provavelmente é o operariadx. Quando vias são bloqueadas ou um espaço urbano é ocupado, o sujeito é quem quer que se oponha à forma como nosso mundo vem sendo organizado”. Se tomamos as ruas, se tomamos as praças, compartilhamos barracas, comidas, pedras ou primeiros-socorros, é porque demandamos estar no espaço nos relacionando de uma outra forma. O caráter de ocupar uma parte da cidade e torná-la aberta a quem quer que seja para se juntar e construir em conjunto novas relações com as pessoas e o espaço tem sido fundamental para dissociar a ação política e o “protagonismo” de uma identidade engessada, como “trabalhadores” ou “estudantes” – categorias identitárias simplesmente inacessíveis para crescente parcela da população no novo capitalismo – e abrir espaço para ação e a livre associação rebelde independentes do seu papel na máquina capitalista.

O Estado não esconde sua prioridade em articular operações de contra-insurgência para neutralizar a resistência popular. Bilhões de reais são investidos em armamentos, treinamento e tecnologia para conter protestos e rebeliões. Parte da esquerda tenta tomar a frente dos protestos e vender seus programas em meio às revoltas mais ingovernáveis de nossos tempos. É preciso entender o que as ruas dizem para não cair em nenhum dos dois engodos que tentam conter ou direcionar nossa indignação com base em noções do que é legítimo ou não-legítimo na hora de agir. A polícia e a mídia caminham juntas em suas operações por diferenciar “cidadãos de bem” e “vândalxos”, “manifestantes legítimos” e a “minoridade infiltrada”. Essa operação tem como objetivo criar um discurso para conter a contaminação das ações radicais, que se espalharam como fogo em mato seco e, em seguida, isolar as alas mais radicais para serem esmagadas sem apoio ou visibilidade. Mas não muito distante disso é o efeito (mesmo que involuntário) da estratégia discursiva de quem ainda pretende diferenciar quem é o “sujeito” das revoltas, quem tem a legitimidade para conduzir sua revolução de quem tem o perfil “jovem”, “aventureiro”, desmiolado e pode ir para a cadeia desde que não atralhe o movimento.



Ao criar uma noção de sujeito pré-determinado ideologicamente e um discurso de legitimidade para a luta, entre o que é crime ou não, o que é constitucional ou não, quem é “trabalhador”, “estudante” ou “juventude”, a esquerda tenta erguer uma blindagem para sua ação que deixa quem não cabe em seus quadros cair na vala comum do “crime”, do “vandalismo”, do “espontâneo” e das “minorias infiltradas”. Categorias que serão úteis para Estado e para suas operações de intimidação, com punições exemplares, montagens, leis e penas aplicadas por acusações de “terrorismo” e “formação de quadrilha” – ou simplesmente com base em termos genéricos como propagar a “desordem”. Pessoas excluídas ou que escolheram não participar de certos papéis no Capitalismo também não serão convidadas a participar de movimentos ou de uma revolução com papéis claros e de limites bem determinados. O destino é o mesmo: prisão, silenciamento, inviabilização e morte.

Não queremos apenas tomar o meio de produção burguesa e sua ideologia de fé no progresso, na ciência e na razão de uma forma mais “humanizada” ou “igualitária”, mas sim tomar o espaço e construir outras formas de se relacionar e produzir o que queremos e o que desejamos nos territórios que liberarmos do Capitalismo. Essas experiências e aprendizados talvez sejam a herança de nossa época para os próximos levantes. E talvez a única coisa concreta que podemos oferecer sejam soluções e saídas libertárias para os problemas que estão surgindo agora, impostos pela vida no Capitalismo. Seja durante os momentos de mobilização e conflitos sociais ou fora deles. Soluções que sejam fáceis de se apropriar e difundir em qualquer luta de resistência. E não programas fechados ou pacotes de soluções hipotéticas para problemas que ainda não estão em pauta. No entanto, não deixa de ser fundamental também debater os valores e perspectivas que vamos cultivar até que chegue o momento de solucionar os problemas bem maiores que ainda virão com a falência total desse sistema.

Soluções anarquistas: a prática de agora mostra o que queremos a longo prazo

Apenas tornar conhecidas as consequências de um sistema injusto ou das medidas impostas pelas suas autoridades não é o suficiente para fazer com que as pessoas tomem partido e cooperem entre si para se libertar desse sistema. É preciso praticar, demonstrar e comunizar formas de resistência e organização. Nossas práticas vão mostrar que mundo estamos construindo desde já na medida que oferecem soluções libertárias para os problemas atuais e processos que podem ser de fato apropriados por qualquer pessoa com os mesmos interesses. Muitas vezes o conflito aberto entre partes de uma sociedade pode estimular as pessoas a tomar uma posição e usar dos meios disponíveis para somar nas luta. Foi assim em 2013 quando a repressão policial exposta nas redes sociais e mídias alternativas fez com que mais pessoas se juntassem aos protestos contra a tarifa e assumissem uma postura crítica quanto à polícia, à mídia e ao Estado. Táticas e formas de organização praticadas por pessoas já envolvidas com anarquismo empregadas nas manifestações foram apropriadas e utilizadas por pessoas que pela primeira vez participaram de protestos e movimentações políticas. Desde os registros e a divulgação de informações que desmentiam o discurso jornalístico e oficial, primeiros-socorros improvisados, até a ação direta de Black Blocs em pequenos grupos de afinidades ou a adesão às várias

assembleias populares e horizontais que ocorreram em espaços abertos – como em Belo Horizonte e em Fortaleza – ou em prédios públicos ocupados – como na ocupação da Câmara dos Vereadores em Porto Alegre.

As Jornadas de Junho ofereceram a experiência da ação e participação nas ruas para uma geração que cresceu na era digital, vendo *twitaços*, das campanhas de Facebook como o máximo de atuação política disponível. A demanda por conhecer e se envolver no mundo real foi relatada por diversos movimentos da luta pelo transporte gratuito, além de outros coletivos e espaços libertários que viram cada vez mais pessoas participando de eventos, oficinas e grupos de estudos e também buscando livros e publicações. Um interesse tanto teórico quanto prático comprovado pelo já citado “efeito contaminação” que motivou protestos menores pelos mais diversas causas, nos movimentos estudantis, grupos feministas e LGBTTT's, em bairros, na periferias, em universidades, nas cidades grandes ou no interior.

Pessoas em coletivos, movimentos ou mesmo num levante precisam escolher formas de agir sobre as necessidade imediatas que sejam compatíveis com os objetivos de longo prazo que pretendem alcançar. Ou então estarão mantendo divisões das atividades de acordo com papeis de gênero, obscurecendo e desestimulando a participação de grupos não-heterossexuais

e de pessoas não-brancas, que não moram próximas aos centros urbanos ou que não tem acesso a recursos privilegiados, como educação formal ou mesmo um emprego que garanta o mínimo para sobreviver.

Nos identificar através de palavras ou ações como apenas inimigos do Estado ou da ordem vigente não é o suficiente. Não somos a única oposição a esse sistema. Quando se trata de movimentos de massa e ou revolucionários, mesmo que você tenha sua própria estratégia, tenha certeza de que você também é parte da estratégia de alguém. Nossa oposição a todas as hierarquias e formas de dominação deve ficar clara em tudo o que falamos e fazemos. Do contrário podemos estar reforçando opositores reacionários e autoritários sem nos darmos conta. Isso vale para toda tática ou ação.

Lacunas estratégicas: o espaço que não ocupamos

Quando interesses de grupos opostos numa sociedade levam a um grande conflito surge a oportunidade para que iniciativas libertárias que desenvolvemos durante todo o tempo se tornem uma opção viável para levar a questão adiante. Numa greve, assembleias e formas de tomada de decisão participativas e horizontais; numa crise econômica, redes de cooperação e apoio mútuo; num protesto de rua, comitês para organização, segurança, primeiros socorros, comunicação; numa ofensiva da repressão, redes de apoio jurídico e solidariedade para reunir defesa e recursos financeiros ou materiais. Quando o conflito é gerado pela formação de hierarquias internas, temos o acúmulo de experiências de muitas pessoas que trabalham a mediação e a resolução de conflitos, a responsabilização ou outros meios de lidar com opressões de gênero, raça, classe, etc que surgem dentro das micro relações e dentro dos próprios movimentos. Sempre há uma saída anarquista a ser criada, mas também já dispomos de muita bagagem a ser compartilhada e desenvolvida.

A apropriação de táticas, métodos de organização e estratégias anarquistas pela grande parte das pessoas envolvidas nos chamados “Novos Movimentos Sociais” deu origem ao que tem sido chamado de “Autonomismo” no Brasil. Grupos que partilham de uma visão anti-capitalista, se organizam horizontalmente e de forma descentralizada, além de preservar uma autonomia em relação ao Estado, os movimentos sociais institucionais e ao financiamento privado. O próprio MPL e os Blocos de Luta que atuaram em várias cidade contra o aumento das passagens são propagadores desse modelo e em 2013 vimos seus modelos de organização *autônoma* e *horizontal*, com raízes em lutas anti-capitalistas, convocar e conduzir protestos que saíram vitoriosos em todas as regiões do país e fez com que, pela primeira vez em muitos anos, fossem levados a sério, tanto pela esquerda quanto pelas classes no poder. Mas o foco no modo ou no processo ajudou a adesão de pessoas comprometidas apenas com as reformas que

mantenham seus privilégios econômicos burgueses. A falta de debate sobre aos objetivos a longo prazo deixa margem para a aproximação e o crescimento desses grupos com posturas, no mínimo, duvidosas.

É preciso um cuidado ao compartilhar as ferramentas e as críticas sociais que temos. Se não debatemos ou tentamos conhecer as pessoas com quem nos aliamos, corremos o risco de ver as lutas sendo levadas para direções que não buscamos, como as reformas que apenas otimizam o Capitalismo, ou a cooptação de movimentos e causas pelas instituições do Estado. Em São Paulo, especificamente, vimos um novo fenômeno ainda mais curioso: grupos formados por membros de classes privilegiadas chamando atenção por realizar tarefas que tradicionalmente são muito bem executadas por coletivos, grupos de trabalho ou comissões horizontais ligadas aos próprios movimentos. Um grupo de advogados surgiu acompanhando os protestos e oferecendo apoio jurídico a manifestantes nas delegacias. Os chamados “*Advogados Ativistas*” ganharam visibilidade se aproveitando de pessoas em uma situação vulnerável enquanto estavam detidas para aumentar sua clientela cobrando preços extorsivos realizando um trabalho que grupos de juristas dos movimentos sociais ou coletivos anti-carcerários fazem de graça ou através de campanhas para custear os custos processuais que não podem ser evitados. Vimos um chamado *Grupo de Apoio ao Protesto Popular* (GAPP), ostentando uma camisa com as cores da bandeira nacional e sofisticados (e caros) equipamentos de proteção pessoal de primeiros socorros para atender pessoa feridas pela polícia. Vimos mídias *alternativas*, porém nada radicais ou anti-capitalistas, como a *Mídia Ninja*, vinculada ao cartel papa-edital do *Fora do Eixo* tomando a frente das mídias independentes já conhecidas.

Não interessa o quão bem “intencionados” esses grupos estejam, pois quando anarquistas falham em criar formas participativas, descentralizadas, não hierárquicas e radicais para prover o que precisamos para nos manter em ação, grupos com os privilégios (tempo e dinheiro, principalmente) necessários para fazer isso com eficiência técnica vão tomar a frente. Ao fazer isso, é muito mais provável que o façam de forma a manter seus privilégios e negligenciar a participação e atuação de outras pessoas.

Grupos como os *Advogados Ativistas* sequer compartilham de uma visão abolicionista do sistema penal, capitalizam em cima da fragilidade emocional de pessoas detidas, agem como porta-vozes de manifestantes, dos movimentos e dos próprios “cidadãos” na mira do Estado para ganhar fama e público em seus perfis sociais. Seus preços são tão altos quanto de qualquer advogadx comum e há inúmeros relatos de cobranças indevidas, negligências como não informar as pessoas sobre seus processos e até mesmo momentos em que se recusam ou atrasam para abandonar casos de pessoas que não desejam mais seus serviços. Mídias *alternativas* não são mídias independentes ou anti-capitalistas. Grupos como o *Fora do Eixo* são

instituições que permeiam os salões do governo e recebem dinheiro de leis de incentivo à cultura paga pelos próprios bancos que eles filmam em chamadas durante as manifestações. Suas ações na rua ou se aproximando de movimentos sociais estudantis ou sem-teto visa se apropriar do trabalho realizado dentro da luta social como se fosse um serviço pelo qual serão financiados, conquistando lucros financeiros e influência política institucional.

Esse protagonismo de grupos progressistas que se apropriam de um discurso de esquerda não se deve à total ausência de grupos autônomos e horizontais fazendo o apoio jurídico ou realizando a cobertura midiática das mobilizações. Muitos movimentos tinham comissões responsáveis por essas tarefas, que de fato estiveram sobrecarregados. Coletivos de mídia se organizaram para desempenhar um papel semelhante ao que os Centros de Mídia Independente (CMI) tiveram nos Movimentos Anti-Globalização, mesmo sem tanta visibilidade. No entanto faltam coletivos ativos e presentes como uma Cruz Negra Anarquista (CNA), que apoiam os movimentos libertários a partir de uma perspectiva anti-carcerária e abolicionista. Algumas CNA's só começaram a surgir ou serem reativadas em diferentes cidades no segundo semestre de 2013, mesmo assim muito reduzidas a pequenos grupos de afinidades.

A importância estratégica de grupos de trabalho e coletivos que vão desempenhar papéis importantes na luta está em oferecer referências de como se organizar de uma forma coerente com os objetivos que queremos alcançar. Se ser rico, financiado ou bem relacionado com empresas e com o Estado é visto como fundamental para termos capacidade de agir, estaremos alienando as pessoas e desestimulando sua participação tanto quanto partidos, ONG's, ou burgueses filantropos. Por isso não devemos deixar que esse tipo de grupo se tornem qualquer referência para a luta por um mundo realmente livre da opressão capitalista. Se frentes de luta ou áreas de atuação forem dominadas e conduzidas apenas por pessoas com tempo e dinheiro livres para ativismo em tempo integral é bem provável que essas atividades ou toda a luta acabem sendo direcionadas segundo as limitadas necessidades de quem menos precisa de uma transformação social. Num momento em que nova onda conservadora toma as ruas, torna-se necessário conectar os pontos de partida, de chegada aos meios que usaremos, ou provavelmente perceberemos que estamos marchando ao lado de inimigos somente quando for tarde demais.

E se não demandarmos nada? (ou danem-se os 20 centavos!)

Dentro dos movimentos autônomos, no qual estão inseridos o MPL e as frentes de luta contra o aumento em diversas cidades, uma narrativa vem ganhando espaço: a ideia de que todo movimento precisa “encontrar seus 20

centavos”. Ou seja, apresentar uma pauta concreta, uma demanda “única e clara” que seja *possível* de ser alcançada num curto prazo deve ser o foco de qualquer movimento que queira obter resultados concretos. Essa narrativa se baseia na experiência da luta contra o aumento que saiu vitoriosa em 2013, para dizer que “política é medida por resultados” e que “nossa força está em encontrar os 20 centavos” de cada luta que travamos.

Porém, declarar nossa “demanda única” contra o aumento de 50 centavos de 2015, não bastaram para atrair força para a luta, sobrepor o silenciamento da mídia ou mesmo arrancar alguma declaração dos governantes. Uma grande derrota apenas um ano e meio depois da maior vitória do movimento que nos leva a perguntar: o quanto podemos confiar que encontrar uma demanda única e possível vai nos garantir uma conquista duradoura? Ou como fazer com que uma vitória específica em um ano gere outras conquistas e avanços num futuro próximo, rumo a uma verdadeira mudança social? Como fazer para que nossas conquistas não caiam em reformas que apenas aliviam tensões e adaptam o Capitalismo aos novos tempos e que não passam de versões do que demandávamos, elaboradas pelos próprios governantes?

Quando falamos de movimentos sociais que tratam de questões materiais específicas e urgentes, como moradia, saúde, acesso a terras, impactos ambientais, etc, talvez a narrativa dos “20 centavos” seja útil ou estratégica para se manter o foco e uma luta que não pode esperar. No entanto, quando falamos em uma transformação social radical, um caminho que iremos traçar a longo prazo, talvez seja necessário outras formas de pensar nossa luta.

Esse sistema criou empregos para que não trabalhássemos juntos. Escolas para que não nos educássemos. Hospitais para nos alienar de nossa própria saúde e auto-cuidado. Criou a polícia, os tribunais e as prisões para que não soubéssemos solucionar nossos conflitos ou que aprendéssemos com nossos erros. Criou governos para que não tomássemos decisões por nós mesmos. Nos livrar de todas essas amarras será um processo geracional, assim como foi a criação desse sistema. A ordem burguesa do mundo moderno não foi criada da noite para o dia por uma dúzia de revolucionários.

Se temos como objetivo o fim do Estado e do Capitalismo, a última coisa que podemos esperar é que as demandas pontuais que fazemos e pedimos educadamente aos seus próprios líderes vão nos levar a esse objetivo. Uma ação política de demandas tem sua importância imediata, mas também seus limites e deixar que uma postura de apenas apresentar pautas únicas e “possíveis” nos coloca em uma posição de desvantagem ao reafirmar o poder nas mãos do Estado. Afinal, qualquer mudança só se torna real quando *ele* dá a palavra final.

Não só se organizando em torno de uma demanda única que vamos ter coerência e laços para lutar. Valores, objetivos complexos e visões de mundo são pontos em comum o suficiente para agir e cooperar pelo fim do Capitalismo. Pedir só vai nos ensinar a pedir. Se queremos algo, devemos também aprender a nos organizar para tomar. Quando encontramos pela frente um sistema tirano e autoritário, podemos escolher entre *pedir pela sua saída* ou *organizar sua queda*.

Não apresentar uma pauta clara e única não pode ser sinônimo de imaturidade ou desorganização. Como reduzir uma revolução anarquista em passos gradativos que vamos pedir e governantes vão nos dar de bom grado? Paralelamente às lutas por questões materiais urgentes podemos ir construindo relações, espaços, ferramentas e conhecimentos que vão aumentar nosso poder coletivo. Não devemos esperar permissão da lei ou apenas as vias constitucionais para isso ou qualquer outra ação direta que retome o controle de nossas vidas.

O MPL é um movimento de causa específica e clara: “transporte público gratuito, de qualidade e gerido pelxs trabalhadorxs”. Interessante, mas não é o suficiente para compor um horizonte político. Mesmo sendo um movimento que traz a bagagem de lutas anti-capitalistas, sua reforma, caso algum dia venha a acontecer, poderá ser útil a uma tendência do Capitalismo de adequar e até “humanizar” uma cidade. E talvez a reforma não seja o foco principal de movimentos como os que lutam pelo transporte. Talvez o ponto seja conduzir uma luta de forma autônoma e horizontal, servindo de referência para outros movimentos sociais no país, como é o de moradia e o de luta pela terra, para que um dia esse movimentos também se livrem de suas amarras verticalizadoras e autoritárias. Valorizar o processo de luta torna-se tão importante quanto o objetivo final, pois se buscamos uma sociedade libertária, temos que chegar lá por meios libertários. Mas muitas vezes “valorizar o processo” se torna “valorizar apenas o processo”. E esperar por esse momento em que outros movimentos radicalizem suas críticas e adotam os mesmos preceitos horizontais e autônomos em seus métodos não parece ser uma opção para muitas pessoas. Nem mesmo parece desejável apenas lutar para que um dia possamos ir da casa para o trabalho ou escola em um transporte “gratuito, de qualidade e gerido pelxs trabalhadorxs”.

Se temos uma crítica radical ao Capital, temos uma crítica às cidades – que não passam de uma materialização da lógica capitalista e o palco principal para as relações de lucro e exploração. Pensar uma vida fora do Capitalismo é pensar o fim das cidade como conhecemos hoje. E isso inclui desenvolver habilidades e estruturas paralelas para resistir e enfrentar o Estado e a corporações enquanto suprimos por nós mesmxxs nossas necessidades. Além disso, não é qualquer pessoa que tem os recursos e o tempo livre para ser “militante” em tempo quase integral, e especialista em causas extremamente específicas e reformistas, como é o caso do transporte coletivo urbano.

Não seria o caso também de opor a organização dos movimentos de massa, ou de uma divisão de quadros – organização e base – e da ação anarquista de livre associação de pequenos grupos em rede, como se devêssemos escolher entre um e outro. Tal oposição não leva a uma saída fácil e ignora que cada momento, pessoa, contexto e cada luta precisa de uma forma de organização e ação. Não é o caso também de recusar uma avaliação crítica que nos leve a escolher a forma de ação mais adequada ou desejada para nossos contextos. Quanto aos movimentos sociais populares, como os de moradia ou por causas específicas, a participação anarquista ainda é muito reduzida se comparada aos movimentos ligados à partidos, à esquerda clássica ou marxista. A aproximação feita nos tempos de AGP ainda se mantém e o próprio MPL é um dos muitos grupos autônomos que, após mais de uma década, promoveram o diálogo e a articulação com movimentos de tradição mais verticalizada e autoritária mas que lutam por questões básicas e materiais que não podem esperar. Mas nem sempre essa troca é tão efetiva devido à própria rigidez hierárquica desses movimentos de massa e também de uma acomodação dos grupos conhecidos como “novos movimentos sociais”. Esses grupos, mesmo tendo uma herança dos movimentos anti-capitalistas autônomos e horizontais, como o MPL, não conseguem escapar da tradicional divisão de quadros políticos, organização e base social, típica da esquerda que já dá sinais de saturação e dificulta a aproximação de novos grupos ou indivíduos.

Essa forte presença e mobilização de movimentos sociais de massa é um elemento que diferencia o contexto brasileiro da maioria dos movimentos anarquistas dos países ricos. Movimentos sociais que envolvem milhões de pessoas em luta por recursos fundamentais negados pelo Estado e pelo Mercado são típicos de países pobres ou em desenvolvimento. Construir em conjunto soluções e métodos realmente libertários e não-autoritários para esse problemas, sem agir de forma paternalista e assumindo seu lugar de fala, ainda é um grande desafio para anarquistas que estão se organizando junto ou de dentro de ocupações urbanas, que desenvolvem projetos sociais nas favelas, periferias, no campo ou em comunidades indígenas do Brasil.

O fato de que diferentes tipos pessoas e grupos, de várias classes ou posições, se juntaram aos protestos desde 2013, se organizaram para avançar suas lutas ou criar novos grupos e movimentações tendo como referências coletivos anarquistas existentes já é um sinal de que novas formas de se organizar se apontam no horizonte. A partir desse interesse pode ser possível desenvolver projetos e formas de se organizar que tem ainda pouca visibilidade e difusão. Não é o caso de se afastar dos movimentos de massa ou negar o bom trabalho que anarquistas executam dentro deles. Mas sim de consolidar estratégias e conquistas alinhadas com nossas perspectivas anarquistas que vão para além da centralidade e verticalização dos movimentos tradicionais de base – ou dos movimentos autônomos que

reproduzem essa lógica. Muitas das pessoas que se juntaram às lutas nas ruas desde às Jornadas de Junho parecem mais interessadas em agir por si mesmas em conjunto e não apenas ser a base seguindo uma organização.

Para além dos movimentos sociais já consolidados, anarquistas também se organizam para construir as bases materiais de uma nova forma de vida. Espaços autônomos, okupas, redes de cooperativas e trabalhadorxs auto-geridxs, eventos, cursos e redes de apoio-mútuo vem sendo construídos para atender essa necessidade de se articular e se organizar fora dos protestos e ações nas ruas. Essas iniciativas são importantes para organizar a mudança que queremos, compartilhar habilidades e experiências, mas também para que possamos construir, tomar, roubar o que precisamos para viver ao invés de apenas pedir ou pressionar governantes e patrões para que cedam a nossas demandas.

Muitos desses coletivos ou espaços físicos surgiram após o refluxo dos movimentos anti-globalização ou vieram logo depois sob a influência desses acúmulos. E os que seguem até hoje sentiram a procura e o interesse das novas gerações após as ondas de mobilizações recentes. Esses espaços são ainda muito escassos, mas oferecem uma rica experiência a ser transmitida. Não é coincidência que as regiões ou sociedades que possuem uma grande tradição anarquistas são também as regiões que mais contam espaços autônomos e centros culturais radicais.

Caminhar sozinxs, individualmente, como prega a ideologia burguesa e liberal, não vai nos levar a um confronto direto com a regras desse sistema. Nem mesmo irá enfraquecê-lo, minando seus recursos ou incitando outras pessoas a desertarem também. Precisamos nos encontrar, nos organizar, coletivizar e comunizar ferramentas para lutar e parar nutrir nossas necessidades vitais. Talvez anarquistas não consigam tão cedo fazer exatamente o que os grandes movimentos de esquerda fazem junto às camadas populares no Brasil. Mesmo assim, depender da participação ou da inserção do movimentos sociais clássicos para “legitimar” todas as formas e atuação e organização é confiar e esperar demais de uma forma de organização rígida e hierárquica que já se mostra insuficiente para tanta demanda por autonomia, participação e horizontalidade desde já.

Inquérito Black Bloc: elogio a um crime perfeito

“Organizar-se nunca quis dizer filiar-se numa mesma organização. Organizar-se é agir segundo uma percepção comum, seja a que nível for. Ora, o que faz falta à situação não é a “cólera das pessoas” ou a penúria, não é a boa vontade dos militantes nem a difusão da consciência crítica, nem mesmo a multiplicação do gesto anarquista. O que nos falta é uma percepção partilhada da situação. Sem essa comunicação, os gestos apagam-se no nada e sem deixar vestígios, as vidas têm a textura dos sonhos e as sublevações terminam nos livros escolares.”

“À Nos Amis”
Comité Invisível, 2014

Em outubro de 2013, ainda inspirados pelas lutas de junho, protestos e greves de professorxs da rede pública aconteciam simultaneamente no Rio de Janeiro e em São paulo. Em um deles, multidões atacaram a Polícia Militar em frente à Secretaria de Educação de São Paulo e dispersaram depredando bancos, lojas e destruindo uma viatura da Polícia Civil no centro da cidade. Horas depois, na mesma noite, duas pessoas que estavam fotografando o evento foram presas por policiais civis. Com elxs não foi encontrado nenhuma prova consistente de sua participação além de uma câmera com fotos do protesto e uma capsula gás-lacrimogêneo deflagrada que encontraram no chão. Mesmo assim, foram sequestradas, torturadas física e psicologicamente, além de terem suas casas invadidas sem mandado e saqueadas pelos agentes. No momento da prisão o delegado responsável já declarou que seriam processadas pela Lei de Segurança Nacional, criada ainda na época da Ditadura Civil-Militar brasileira e que tipifica "depredar, provocar explosão ou incendiar para manifestar inconformismo político ou manter organizações subversivas". A prisão causou repercussão pelo exagero em se usar uma lei anti-terrorismo que leva pessoas comuns a serem julgadas por um tribunal militar – o que não foi usado nem nos casos de uma série ataques cometidos por facções criminosas que mataram dezenas de policiais em São Paulo em 2006. Em dois dias um juiz decretou que respondessem ao processo em liberdade, mas ainda seguem correndo o risco de pegarem até 25 anos de prisão.

No dia seguinte à liberação das duas pessoas presas, o DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais de SP) usou esse caso onde a Lei de Segurança Nacional foi acionada para abrir uma investigação que enquadra a tática Black Bloc como uma prática de associação criminosa, coordenada nacionalmente por uma grande quadrilha e não como delitos isolados a serem julgados individualmente. Fica óbvio que toda a operação foi uma montagem para se abrir uma investigação para mapear e criminalizar

participantes de protestos e movimentos sociais em todo o país. Na época, queriam intimidar qualquer mobilização que viesse a atrapalhar a Copa do Mundo de 2014. O caso ficou conhecido também como “Inquérito Black Bloc, foi levado sob sigilo numa coordenação entre as Polícias, Secretarias de Seguranças de São Paulo e do Rio de Janeiro junto com o Ministério Público.

O desespero de um Estado frente a ameaça de uma difusão de táticas e ações insurrecionárias justifica o uso de qualquer recurso disponível para neutralizar o inimigo interno. Inúmeros casos no mundo inteiro, do Chile à Grécia, mostram um mesmo padrão na criação de montagens e mentiras pelo Estado. Mas nesse episódio que descrevemos há dois pontos muito particulares a serem analisados.

Primeiramente, o Inquérito Black Bloc parte do pressuposto de que uma tática que se tornou comum em quase todas as cidades onde houveram protestos não pode ser uma série de ações isoladas e espontâneas. Ou os agentes do Estado são realmente estúpidos e não conseguem entender uma forma de agir descentralizada e que não responde ou é “financiada” por um órgão central, ou eles sabem que isso é perfeitamente possível e preferem afirmar que há uma organização nacional instruindo formando pessoas para realizar os ataques. A segunda é especialmente útil para justificar penas mais severas aplicadas contra manifestantes, como o de formação de quadrilha. Mas na verdade, o motivo pouco importa. E é claro que o espetáculo midiático e um perfil criminoso criado pela polícia ajudou na propaganda da imagem do Black Bloc. Mas precisamos reconhecer que a rápida difusão da tática, seus modos de agir no anonimato, em ação em pequenos grupos de afinidade independentes passaram muito bem a mensagem: “somos muitas pessoas indignadas, estamos nos encontrando, não aceitaremos a violência da polícia de braços cruzados, vamos apoiar e ter apoio de quem também deseja um mundo livre, não gostamos de bancos, lojas e seus bens de consumo”.

O Estado reconhece seu medo diante de um inimigo que, mesmo se dizendo descentralizado e sem lideranças, ainda demonstra grande eficiência para difundir seus métodos, sua mensagem, sua postura de enfrentamento e ainda sair impune. Esse é sem dúvida o maior elogio que pode ser feito a uma tática anarquista – que para a imensa maioria daquelas que usaram dela, ainda segue sendo um crime perfeito, sem provas, rastros ou punições para suas ações ilegais.

Houveram debates acalorados e conflituosos quando o assunto era se posicionar quanto a presença de Black Blocs nos protestos. Se por um lado funcionou muito bem quando apoiaram protestos contra professores no Rio de Janeiro e se juntaram ao resgate de animais em um laboratório no interior de São Paulo, por outro os grupos Black Blocs foram explicitamente banidos de marchas de movimentos como os de trabalhadorxs sem-teto. E

isso não necessariamente significa que estes sejam movimentos pacifistas ou que estejam sendo arrogantes. Quando preciso, entram em confronto com o Estado e nem sequer usam máscaras para tal, como foi no fim de abril de 2014 quando tentaram invadir e depredar a Câmara Municipal de São Paulo quando vereadores suspenderam a votação do Plano Diretor Estratégico, que determina como acontece o crescimento e a ocupação da cidade. Não entender que muitos movimentos simplesmente não precisam uma “ajuda” seria a verdadeira arrogância, além de cair num proselitismo imaturo e numa confiança exagerada em uma tática sem respeitar os métodos das outras pessoas em outras lutas.

Não precisamos entrar agora no mérito do embate entre princípios da não-violência e da diversidade de táticas dentro da esquerda, ou da direita pacifista que esteve nas ruas também em 2013. Mas vamos considerar que mesmo pessoas e grupos de esquerda que reconhecem a necessidade da auto-defesa violenta muitas vezes tiveram incômodos ou atritos com aquelas adeptas da tática Black Bloc desde 2013. Seja por ser difícil dialogar com seus membros sobre os objetivos de marchas específicas ou até mesmo por conta da performance masculinista e machista de muitos de seus membros.

Longe de ser um movimento social ou um modelo para qualquer coisa, Black Bloc é apenas uma tática que nos fez refletir sobre toda nossa ação. Uma tática anarquista que ficou conhecida em um momento do país no qual o anarquismo não era amplamente difundido, e que passou a ser o maior difusor de slogans e imagens, ocupando por meses as manchetes dos jornais como figura central dos protestos. Era comum ouvir nas ruas ou na mídia a associação mútua entre anarquismo e táticas Black Bloc. Importante salientar que muitas pessoas participaram pela primeira vez de protestos políticos através das ações Black Blocs, o que foi comprovado pela vivência nas ruas, por pesquisas realizadas nos atos e pela notável e massiva presença de adolescentes adotando a sua prática. Se havia um desencontro entre os movimentos autônomos e anarquistas com a nova geração que começava sua vida política através dessas táticas, a responsabilidade também recai sobre gerações mais velhas que até então não difundiram tão bem o debate e sua bagagem em lutas sociais radicais..

Além disso, uma ampla diversidade de pessoas que não se encaixam nas fileiras dos novos movimentos sociais autônomos que estavam a frente das lutas de junho de 2013, seja por não querer ou não poder, se juntou às manifestações através dos Black Blocs. Num momento de vazio político, passividade, cooptação dos movimentos e organizações sociais, de descrença e isolamento individuais, é muito positivo que uma tática anarquista tenha unido pessoas e suas potências para mostrar na prática que os maiores inimigos do povo e a liberdade são a polícia, o Estado e a elite econômica.

A ação anônima, entre afinidades, imediata e espontânea pode ser uma das

poucas formas realmente participativas e disponíveis para poder agir sobre a realidade sem ser apenas a “base” organizada por universitários e seu senso de militância. Vestir máscaras e atirar de volta seu ódio nas ruas foi talvez a única forma de tornar visível a presença de corpos que ainda permanecem invisíveis no tano cotidiano da vida comum e quanto nos meios ativistas. O que nos leva a considerar que o perfil compartilhado pela maioria dos membros dos núcleos duros dos movimentos de luta pelo transporte não está acessível para a maior parte da população que atuou nas ruas nos últimos anos: um perfil masculino, estudante, branco, cis-heterossexual, que mora perto do centro da cidade e que não precisa trabalhar em tempo integral e pode se dedicar a “militância” ou “trabalho de base”.

Finalmente, devemos analisar o significado do artigo 15 da Lei de Segurança Nacional de 1983 que prevê a pena de 3 a 10 anos para quem pratica sabotagem contra "instalações militares, meios de comunicações, veículos e vias de transporte, estaleiros, portos, aeroportos, fábricas, usinas, barragem, depósitos e outras instalações congêneres". Ela segue uma lógica militar de proteger o que há de essencial para o funcionamento da economia: as infraestruturas que organizam a logística de seus recursos materiais e energéticos. Além de servir como punição exemplar e intimidadora para os movimentos sociais, o uso dessa lei nos indica qual é o verdadeiro medo e o verdadeiro ponto fraco desse sistema.

Precisamos admitir que as manifestações que nos últimos anos cercaram, atacaram ou ocuparam prédios do governo não causaram muito além de um transtorno momentâneo e que se um palácio for ocupado ou mesmo derrubado, basta os governantes encontrarem outros lugares de onde se organizar para controlar nossas vidas. Além disso, sabemos que o verdadeiro controle em nossa sociedade se dá fora dos palácios, câmaras e senados. Ela acontece em salas fechadas onde líderes não-eleitos das corporações e cartéis decidem como a classe política vai governar em favor de seus interesses de mercado. Se queremos causar algum transtorno e ter nossas vozes ouvidas, não será segurando cartazes na frente de prédios, bloqueando uma rua ou uma avenida no fim da noite. Devemos considerar bloquear o fluxo massivo de matéria-prima, mercadorias, energia, força de trabalho e informação como algumas das poucas formas de realmente interromper o funcionamento desse sistema e chantagear seus chefes. Nosso entendimento compartilhado deve ser o de que devemos nos tornar a crise que queremos ver no Capitalismo, e aprender a viver dentro dela – não necessariamente nessa ordem.

As origens do Black Bloc enquanto tática, tal qual conhecemos hoje, remonta às lutas de resistência dos movimentos autônomos da Alemanha nos anos 80. Movimentos que defendiam ocupações e comunidades contra os despejos forçados pela polícia. Quando adotamos uma tática, é importante questionarmos a qual objetivo ela está servindo e em qual estratégia ela se

encaixa. O que estamos defendendo quando marchamos ou lutamos nas ruas? Contra quem estamos lutando? Quem está ao nosso lado? Em um primeiro momento, esse tipo de ação radical pode ter sido adotada como uma válvula de escape para um grito entalado há tempos e a falta de objetivos ou senso de estratégia não torna menos importante o seu papel. Mas estar sempre apoiado no espontaneísmo pode fazer com que essa válvula de escape se torne justamente um alívio que nos permite voltar para o trabalho e para a miséria de nossos lares no dia seguinte. Assim como qualquer espetáculo, festa ou jogo de futebol. Ou pior, nossa tática pode se tornar tão inofensiva quanto previsível.

Também não parece interessante limitar nossa forma de ação a formas de ação dentro de protestos, ou seja, ações reativas provocadas por uma determinada conjuntura. Devemos nos organizar para criar as conjunturas específicas para as ações que queremos tomar. Uma vez que não há mais o fator surpresa e pessoas passam a organizar páginas do Facebook para o Black Bloc de cada cidade, fica cada vez mais fácil para o Estado exercer o controle, o isolamento e a repressão. E a tática que foi a porta de entrada para pessoas se envolverem em alguma ação política pode se tornar inviável novamente.

Uma noção compartilhada de quem são os inimigos, quem são nossos amigos, o que queremos e o que não queremos em um mundo livre foi a base para a difusão das táticas Black Bloc por todo o Brasil em poucas semanas. Como uma erva-daninha, ou seja, uma vegetação pioneira, ela pode ter aberto o caminho para que formas de organização mais complexas surjam junto a debates e ambições mais profundas. Inclusive sobre como usar certas táticas e a que elas servem. Mas isso ainda vamos descobrir nos próximos anos. O movimento alemão de ocupações que deu origem a sua forma clássica há três décadas atrás resiste até hoje em todo o mundo com os mesmos princípios: propriedade é um roubo, e se quisermos algo, devemos nos organizar para tomar, ocupar e resistir. Outras formas de ação surgem e se espalham. A primeira ZAD (Zona a Defender), começou no noroeste da França para proteger uma região que seria devastada pela construção de um aeroporto e deu origem a uma ocupação do território onde centenas de pessoas resistem e vivem plantando, produzindo e compartilhando o que precisam. Outras surgiram para impedir a construção de uma barragem no sudoeste e um complexo turístico nas florestas do sul da França. Hoje são dezenas delas para frustrar os interesses do governo e das empresas. Acolhem imigrantes, estimulam trocas e o apoio mútuo ao invés do uso do dinheiro e pretendem permanecer para deixar seu legado de resistência para as próximas gerações.

Muitas outras formas de entender e agir sobre o mundo ainda vão surgir. E muitos outros exemplos de resistência estão na luta que povos indígenas e quilombolas travam até hoje contra a expansão da sociedade em que vivemos

e sua supremacia branca, urbana e industrial. Caberá a cada grupo saber fazer de seu lugar e tempo um campo fértil para novos experimentos. Seja ocupando ruas, praças ou territórios inteiros. Derrubando presidentes ou quebrando empresas. Para liberar o espaço e nossas vidas sem que o Capitalismo os tome de volta, vamos continuar a compartilhar nossas experiências e nossas noções sobre como alcançar nossos objetivos. Se o Capitalismo é logístico, bloquearemos tudo!

Lutar será crime (e toda luta uma luta contra a polícia)

“A polícia é a linha de frente do Capitalismo e do racismo em todas as lutas. Talvez você nunca veja o diretor da empresa que polui o solo e as águas, mas verá a polícia atacando quem protesta contra ela. Você não conhecerá os diretores do banco ou os donos do imóvel que vão pedir seu despejo, mas vai conhecer o comandante da tropa responsável pela reintegração de posse. Sendo uma pessoa negra, talvez você nunca entre em um condomínio fechado onde vivem pessoas ricas e brancas, mas com certeza vai conhecer policiais brancos que vão te seguir, puxar sua ficha, te agredir e te prender.”

“The Thin Blue Line Is a Burning Fuse”
Crimethinc Ex-workers Collective, 2014

Após longos momentos de lutas e de criminalização dos movimentos sociais, suspensão do direito de greve e de protesto, prisões arbitrárias e montagens, a reação tem sido reproduzir a ideia de que nenhuma luta social deve ser considerada ilegal. “Lutar não é crime” é um dos slogans mais presentes em faixas, cartazes e pixações nas ruas nos últimos três anos. Mas, se paramos para pensar, faria mesmo algum sentido querer o fim das injustiças do Capitalismo, a destruição do patriarcado, da supremacia branca e toda forma de racismo, o fim da propriedade privada, a abolição do Estado, da Democracia, das fronteiras, e toda forma de controle, opressão e hierarquia, e ainda assim querer que isso não seja criminalizado?

É óbvio que um sistema baseado em tantas injustiças precisa de formas de tornar impossível ou ilegal qualquer forma de lutar pelo seu fim. Não faz sentido acreditar que vamos dar fim a um sistema, ou mesmo tentar viver de outra forma dentro de seu território, sem que isso seja considerado um crime gravíssimo ou que uma forte repressão recaia sobre nós. Os meios democráticos, legais e constitucionais apenas permitem que tenhamos as conquistas que mantenham o sistema funcionando, adaptando-o às novas demandas e aliviando tensões. Mas escravos com mais conforto e direitos não são menos escravos.

As mudanças nos aparatos repressivos, policiais e militares introduzidas com a passagem pela Copa do Mundo em 2014 só confirma a tese de que mesmo os precários direitos que temos estão sujeitos a serem suspensos se assim

desejarem os líderes das corporações e dos Estados. Entendemos que há motivos sérios e importantes quando gritamos que “lutar não deve ser crime”, pois não há porque aceitar passivamente a perda dos poucos direitos conquistados, como a greve, ou que ainda estão distantes para milhões de pessoas, como a moradia. Mas precisamos construir perspectivas que nos mantenham de pé mesmo diante da possibilidade de um futuro ainda pior, onde de fato se organizar e lutar por mudanças significativas sejam crimes – com foi há poucas décadas no período ditatorial. Precisamos de formas de pensar e agir independentemente do que permitem as leis e os direitos que nos são concedidos. Muitas das justificativas que damos para nossas lutas são dependentes de uma moral burguesa e estatal, que sugere que devemos “constituir” uma nova ordem fundada na mesma lógica de “legitimidade” que a atual.

A narrativa do poder constituinte remete a valores abstratos e inatingíveis semelhantes ao direito divino, ou a soberania da constituição. Quem reclamar ser o defensor desses valores, esta reclamando legitimidade maior para reinar sobre todas as outras. Um valor exterior ao qual subjugamos a nós mesmos. Como um sacerdote cuja palavra revelada conecta meros corpos mortais à verdade divina. Usar o mesmo pensamento, substituindo “vontade divina” ou “constituição” pela “vontade” do povo, apenas serviu para justificar a autoridade daqueles tomaram o poder dizendo que iriam nos libertar da tirania do sistema anterior. O que queremos é apenas o que queremos porque nos interessa ou é compatível com nossa forma de vida e vontade de auto-determinação. Formas de vida diferentes surgem. Formas inimigas vão surgir e estarão em conflito. Privilegiar uma como detentora da única legitimidade constituída e projetá-la na vontade popular cria a soberania e a supremacia. Geralmente em favor de quem a criou. Se queremos um mundo onde caibam vários mundos, não podemos depender de uma narrativa que forneça a mesma legitimidade para todos os grupos humanos enquanto justifica uma falsa união ou uniformidade.

Podemos usar nossa capacidade de compreender a realidade para criar teorias e traçar objetivos que nos sirvam como uma máquina de guerra contra a ordem vigente. Não usamos de teorias *para* nossas estratégias. Nossas teorias são *parte* da estratégia. Precisamos daquelas que nos façam potentes independentemente de ser crime, inconstitucional, ilegítimo, moral ou qualquer outra forma de regulamentação estatal.

Esse sistema não vai durar pra sempre. Crise econômica e política já são formas permanentes de se governar há muito tempo e fazem parte da gestão da sociedade, assim como a corrupção. Mas agora, o fim da linha parece sempre estar mais próximo. A crise hídrica que afeta o Sudeste do país começa a se estender para as regiões vizinhas e especialistas alertam para o fim do cerrado, o principal bioma que envolve o a região que é também onde ficam as maiores cidades e polos industriais do país. E as previsões variam

das mais brandas – desemprego, doenças –, até as mais alarmantes – êxodo em massa, conflitos violentos, epidemias. Oficiais do Exército discutem o que fazer em caso de rebeliões se espalharem devido à falta de água, enquanto soldados fazem treinamento simulando ocupação das estações de tratamento de água de São Paulo. No horizonte, mais um mega evento se aproxima trazendo o fantasma de um estado de sítio permanente que permite que os ricos façam seus negócios em cima de nossa miséria.

Não quebrar janelas ou respeitar um cordão policial não serão garantia de que ninguém vá para a cadeia. Talvez isso sirva para alguns jovens brancos, rebeldes alternativos, mas não parece ser a tendência para a maioria de nós daqui pra frente. Na Espanha, dezenas de pessoas foram presas numa mega operação que contra o “terrorismo” teve como alvo centros sociais e casa ocupadas em cidades como Barcelona e Madri. Depois de alguns dias quase todas foram soltas, menos sete delas, porque o juiz responsável pelo caso alegou que elas usavam e-mails com medidas extremas de segurança, como o servidor *riseup.net*”. Apenas não se sujeitar aos serviços corporativos que guardam e mapeiam todos os dados envolvidos em nossa comunicação já pode ser pretexto para nos enquadrar uma ameaça para o sistema.

Também não somos as únicas pessoas à espreita ou trabalhando para o fim desse sistema. Fascistas, terroristas, facções criminosas e outras inúmeras formas de poderes autoritários paralelos estão sob o controle repressivo ou dos acordos que nossos líderes promovem.

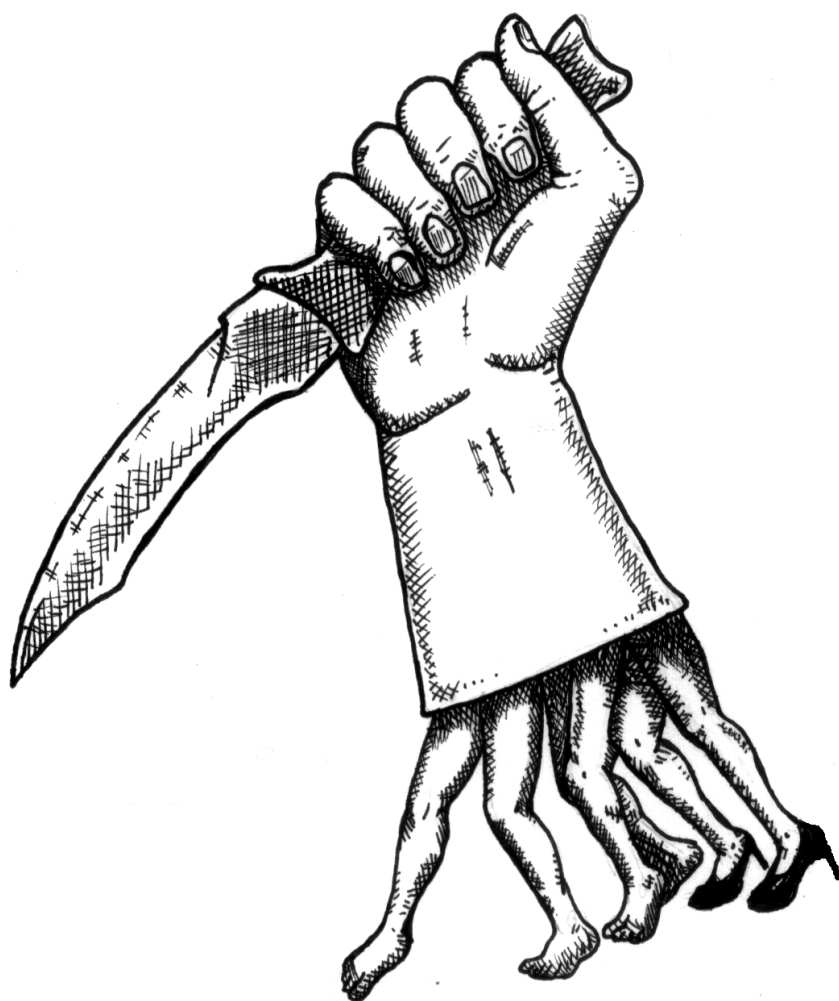
Nossos inimigos são muitos, andam juntos e sabem se organizar.
Sozinhxs estaremos vulneráveis: ***precisamos nos encontrar.***

Esse é o nosso convite e nossa intenção ao tentar compreender e compartilhar lições que tiramos dos últimos anos de lutas sociais que vivemos. É preciso considerar o fim desse mundo como o conhecemos. Ele pode vir muito antes do que imaginamos.

É também preciso saber sobreviver ao seu fim, habitar a crise, o estado de sítio e compartilhar desde já habilidades que nos mantenham com vida e com força. Se os meios ou métodos que adotamos são crime ou não, isso não deve ser o centro da nossa reflexão na hora de organizar nossa própria agenda e nossos objetivos a longo prazo, mas sim apenas um detalhe estratégico: devemos atrair atenção da polícia agora ou mais tarde?

Depende de quanto tempo temos para fugir ou quanta força temos para resistir. E quando qualquer forma de organização e luta forem crimes, precisaremos saber como continuar lutando. Se falharmos em nossa revolução ou outras novas sociedade, temos ao menos que sobreviver da forma mais bela e feliz possível.





*Para ler os próximos capítulos do texto Lutando no
Brasil e muitos outros textos, acesse nosso site:*

www.faccaoficticia.noblogs.org



Nossos inimigos andam juntos e sabem se organizar.

Sozinhos estaremos vulneráveis.

**VAMOS NOS
ENCONTRAR!**

faccasoficticia.noblogs.org